



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)



CLEOMIR DANTAS LIMA

**A prática extensionista no *Campus* Pedro II: desafios e soluções na
prática educativa do Instituto Federal do Piauí.**

Parnaíba-PI
2023

CLEOMIR DANTAS LIMA

**A prática extensionista no *Campus* Pedro II: desafios e soluções na
prática educativa do Instituto Federal do Piauí.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. EXAME DE DEFESA. Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Macroprojeto 6: Organização de Espaços pedagógicos na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Parnaíba-PI
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Lima, Cleomir Dantas

L732p A prática extensionista no campus Pedro II: desafios e soluções na prática educativa no Instituto Federal do Piauí / Cleomir Dantas Lima. - 2023.
92 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho.

1. Extensão universitária. 2. Sistema de informação gerencial. 3. Educação profissional e tecnológica. I. Título.

CDD - 378.15540981

Elaborado por Wirllanna Naira da Silva Torres CRB3 1088

Parnaíba
2023

CLEOMIR DANTAS LIMA

**A prática extensionista no *Campus Pedro II*: desafios e soluções na
prática educativa do Instituto Federal do Piauí.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. EXAME DE DEFESA.

Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Macroprojeto 6: Organização de Espaços pedagógicos na EPT.

Aprovado em 15 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho
ProfEPT - IFPI - Orientador

Prof. Dr. André Gustavo Duarte de Almeida
IFRN

Profa. Dra. Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
IFPI

Profa. Dr. Clayton Robson Moreira da Silva
ProfEPT - IFPI

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao Supremo Deus, sobretudo, por ter me dado a oportunidade de ingressar em um programa que me fez adquirir experiências no âmbito acadêmico, científico e pessoal.

A minha querida mãe que fez de um mim um homem, para qual ela estava designada, pelo muito sofrido, conseguiu me educar sozinha, me dar oportunidade de estar como quadro efetivo de professores do Instituto Federal do Piauí – IFPI, e estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, como companheira e amiga.

Aos meus colegas que foram um suporte muito precioso no andar deste trabalho, pois ajudaram de forma amigável, com tira-dúvidas e mesmo auxiliando na logística de alojamento e alimentação, e ajudando nos trabalhos pertinentes às disciplinas do programa.

Agradeço a todos os professores do programa, pois, com muita destreza foram capazes de repassar todos os conteúdos propostos, através de discussões e exposições, tornando assim mais viável a execução desta pesquisa.

E, por fim, a uma pessoa que não foi só um orientador, mas um grande amigo, que me deu todo o suporte necessário, pois, conhecendo as minhas dificuldades e enfrentamento de problemas pessoais, foi paciente e foi “pegando na mão”, mostrando todas as diretrizes de como traçar este caminho.

RESUMO

A presente dissertação faz parte do programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, com a Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. As ações da extensão universitária no Brasil não é algo novo e no Brasil, a extensão está vinculada ao ensino e à pesquisa, onde formam o que chamamos de tripé de uma Universidade ou Instituto. Considerando informações da Coordenação de Extensão do *Campus* Pedro II, do Instituto Federal do Piauí, identifica-se dificuldades, por parte de professores, em cadastrar no Sistema Unificado de Administração Pública, seus projetos de extensão. Assim, objetivou-se identificar melhor essas dificuldades, além de evidenciar os processos envolvidos nesse fluxo. Como aporte de fundamentação teórica, utilizou-se autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e, que abordam a temática da EPT em suas bases conceituais e histórica e, também, os principais dispositivos legais sobre o tema. Pelo fato de o Instituto Federal ser uma instituição pluricurricular e de Educação Profissional e Tecnológica, trabalha o tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo abordado apenas a aba extensão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória, de campo e descritiva, foram analisados os fatos, interpretando-os e identificando suas causas, utilizou-se o método de estudo de caso. Foram analisados os projetos de extensão cadastrados no sistema do *Campus* Pedro II, referentes aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, de 2017 a 2023. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais com os dirigentes e coordenadores e aplicados questionários com os professores. Também foi feita a análise documental dos trabalhos e a de dados foi realizada com base na análise de conteúdo. Por conseguinte, foi feito um vídeo explicando como se submeter projetos na plataforma SUAP como produto educacional, a fim de evitar que trabalhos extensionistas não sejam mais oficializados no sistema. Por fim, foi possível identificar as contribuições dos projetos de extensão na formação profissional dos alunos e comunidade, compreendendo como eles são organizados e gerenciados pelas instituições de ensino e colaboram para que mais outros de extensão sejam corretamente cadastrados no sistema, beneficiando não só a comunidade acadêmica, mas também o acompanhamento da instituição nesse processo.

Palavras-chave: extensão; projetos; EPT; ProfEPT.

RESUMEN

La presente disertación hace parte del programa de Maestría en Educación Profesional y Tecnológica, con el Área de Concentración: Enseño. Línea de pesquisa: Organización y Memoria de Espacios Pedagógicos en la Educación Profesional y Tecnológica. Considerando informaciones de la Coordinación de Extensión del *Campus* Pedro II, del Instituto Federal do Piauí, se percibe dificultades, por parte de profesores, en registrar en el Sistema Único de Administración Pública, sus proyectos de extensión. Así, se objetiva identificar mejor esas dificultades, Además de evidenciar los procesos envuelto en ese flujo. Como aporte de fundamentación teórica, se aborda autores como Magalhães (2011), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que trabaja la temática de la EPT por ek hecho del Instituto Federal ser también, los principales dispositivos legales sobre el tema. Sabiendo que, en el Instituto Federal, por ser una institución pluricurricular y de Educación Profesional y Tecnológica, se trabaja el tripe: Enseñanza, Pesquisa y Extensión, donde será abordado solamente la aba extensión. Por lo tanto, fue realizada una encuesta cualitativa exploratoria, de campo y descriptiva, fueron analizados los hechos, interpretándolos e identificando sus causas, Se utilizó la metodología de estudio de caso. Fueron analizados los proyectos de extensión registrados en el sistema del *Campus* Pedro II, referentes a los Cursos Técnicos Integrado a la Enseñanza Media de 2017 a 2023. La coleta de fue realizada por medio de, entrevistas individuales con los dirigentes, coordinadores y cuestionarios con los profesores. También fue hecha el análisis documental de los trabajos y de los datos fue realizado con base en análisis de contenido. Fue posible identificar las contribuciones de los proyectos de extensión en la formación profesional de los alumnos y comunidad, comprendiendo como ellos son organizados y gerenciados por las instituciones de ensino y colaboran para que más proyectos de extensión sean correctamente registrados en el sistema, beneficiando no sólo la comunidad académica, pero el seguimiento de la institución en ese proceso.

Palabras claves: extensión; proyectos; EPT; ProfEPT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONIF	Conselho Nacional das Redes Federais
COSINF	Coordenação de Sistemas de Informação
COVID-19	Corona Vírus Disease 2019
DIGTI	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPCT	Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Projeto Político da Extensão
PROEX	Pró Reitoria de Extensão

PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RJD	Relatório Jacques Delors
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Técnico de Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	Organizações das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Resultado de Pesquisa em Base de Dados	20
Quadro 2 - Síntese do histórico da EPT no Brasil.	25
Quadro 3 – Sistematização das Etapas ou Procedimentos Metodológicos	43
Quadro 4 – Projetos de Extensão do <i>Campus</i> Pedro II.....	44
Quadro 5 – Quantitativo de coordenadores de projetos de extensão	52
Figura 1 - Mapa dos IFs que usam SUAP	40
Figura 3 - A Plataforma SUAP.....	41
Figura 4 – Etapas da pesquisa.....	48
Gráfico 1 – Total de alunos por modalidade 2023.1	46
Gráfico 2 – Total de alunos por modalidade 2023.2	46
Gráfico 3 – Afirmar ter lido o TCLE.....	53
Gráfico 4 – Quantitativo de projetos de extensão cadastrados no SUAP por professor	53
Gráfico 5 – O quantitativo de projetos realizados no <i>Campus</i> Pedro II	54
Gráfico 6 – A importância do cadastramento dos projetos de extensão no SUAP	55
Gráfico 7– Quanto a necessidade de um instrumento explicativo/informativo que o(a) auxilie quanto ao cadastramento e/ou a prestação de contas dos projetos de extensão no SUAP.....	55
Gráfico 8 – Os empecilho/dificuldade na execução desses projetos de extensão no <i>Campus</i> Pedro II	56
Gráfico 9 – Auxílio quanto ao cadastramento dos projetos no SUAP	57
Gráfico 10 – Material informativo/instrucional para o processo de cadastramento no SUAP.	57
Gráfico 11– Quanto a clareza da linguagem do vídeo	66
Gráfico 12– Quanto a suficiência e expectativas do conteúdo do vídeo para aqueles que forem cadastrar seus projetos no SUAP	66
Gráfico 13 – Com relação a explicação dos assuntos abordados.....	67
Gráfico 14 – A qualidade de áudio e vídeo	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 ESTADO DA ARTE	18
2.1 A PESQUISA NA PERSPECTIVA DAS TICs E O SUAP.....	19
2.2. BUSCANDO DADOS	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	21
3.1.1 Conceito e História da EPT no Brasil	21
3.2 POLITECNIA: UM CONCEITO.....	25
3.2.1 O Surgimento das Primeiras Escolas Politécnicas	27
3.3 OMNILATERALIDADE NA ESCOLA MÉDIA	29
3.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	30
4 A HISTÓRIA DA EXTENSÃO NO IFPI.....	34
5 A HISTÓRIA DO SUAP	38
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
6.1 ETAPAS DA PESQUISA.....	47
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA COLETA DE DADOS	51
7.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES DA COLETA DE DADOS DOS QUESTIONÁRIOS DOS DOCENTES.....	52
7.2 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS DOS ENTREVISTADOS	60
7.2.1 Da entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFPI	60
7.2.2 Da entrevista com Membro da criação do SUAP do IFRN: Técnico de TI. 62	
8 PRODUTO EDUCACIONAL	64
8.1 ROTEIRO DE ATIVIDADE E APLICAÇÃO	64
8.2 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO	65
8.2.1 Resultados da avaliação do questionário do vídeo	65
8.3 VALIDAÇÃO	68
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	72

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DOCENTES	78
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - CRIADORES DO SUAP	82
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DO IFPI	83
APÊNDICE D – QUESTIONARIO COM OS DOCENTES DO IFPI CAMPUS PEDRO II	84
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELOS PROFESSORES, SERVIDORA DA PROEX E UM DOS CRIADORES DO SUAP	88
ANEXO 01 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	90
 ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	 92

1 INTRODUÇÃO

As ações da extensão universitária no Brasil não é algo novo, já que sua origem antecede o ano 1911, porém, são relatos sem documentos comprobatórios, mas que é mencionada oficialmente nessa data por meio da Lei Orgânica do Ensino Superior (Brasil, 1911), que tem como objetivo promover ações adotadas por universidades e institutos de todo o país, que se relaciona ao envolvimento da instituição com a comunidade. Essas instituições e universidades estão associadas à demanda social produzindo conhecimento. No Brasil, a extensão está vinculada ao ensino e à pesquisa, onde formam o que chamamos de tripé de uma Universidade ou Instituto, estabelecido no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988).

No âmbito dos Institutos Federais, *locus* desta pesquisa, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), *Campus* Pedro II, a extensão tem sido propagada e difundida, porém se observou um número muito baixo de cadastramento de projetos de extensão no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), sistema este que foi criado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e aderido por outras instituições, inclusive o IFPI.

Fazendo um levantamento dos projetos de extensão no Sistema Único de Administração Pública (SUAP), foram observados os que haviam sido cadastrados neste sistema nos anos de 2017 a 2023 e obtivemos um total de 151 trabalhos concluídos, como poderá ser observado no (quadro 4— Projetos de Extensão do *Campus* Pedro II), quanto aos que não foram cadastrados, não tem como precisar, pois teria que ter uma conversa com todos os professores do *Campus*, o que torna muito inviável, já que eles não estão no IFPI em um dia comum para todos, exceto no encontro pedagógico.

Este sistema ajuda no controle, protocolo e trâmite de processos, editais e outras demandas pelas instituições. Basicamente, esta pesquisa tem como foco o processo de cadastramento dos projetos de extensão do IFPI *Campus* Pedro II no SUAP.

A partir do exposto, usando o módulo da extensão no SUAP, a presente pesquisa busca identificar as dificuldades que o(a)s professores(as) do IFPI *Campus* Pedro II têm ao fazer o processo do cadastramento dos seus projetos, pois muitos são executados, mas não são devidamente cadastrados pelos responsáveis, sendo que

essa funcionalidade no Sistema é justamente para facilitar o controle e conhecimento das produções extensionistas realizadas nesta instituição de ensino.

Fazendo uma busca nos registros do SUAP e conversando informalmente com alguns servidores, observou-se que isso é em virtude deles sentirem dificuldade no preenchimento do formulário nessa plataforma, por essa razão, -surgiu a necessidade de se fazer um estudo com eles e analisar suas respostas por meio de questionário aplicado para se identificar os possíveis problemas e, assim, sugerir proposições que venham dirimir suas deficiências através da criação de um Produto Educacional (PE) voltado para esta finalidade. Este produto educacional é um vídeo explicativo com o intuito de auxiliar os professores no cadastramento dos seus projetos no SUAP.

Objetivando trazer novas direções sobre essa abordagem, foram feitas buscas em publicações relacionadas ao tema aqui proposto e percebemos muita escassez de artigos científicos que tratam de um dos referenciais teóricos que se encontram no capítulo 5, onde é narrada a história do SUAP, sistema este que foi implantado em 2007, pela equipe de Tecnologia da Informação (T.I.) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Eles acreditavam que, ao invés de usar um sistema pago, era mais proveitoso criar o seu próprio sistema, sendo-o desenvolvido para atender, inicialmente, as necessidades dos setores de almoxarifado e patrimônio.

Considerando a detecção da referida necessidade, iniciou-se o aprimoramento do SUAP, assim, em 2012 torna-se implantado no IFRN como um mecanismo para gerenciar processos e outras demandas de seu *Campus*, a eficácia foi tamanha que passou a ser utilizados em outras instituições e IFs.

Diante disso, o capítulo que trata da história do sistema SUAP mostrará a importância de um sistema novo, porém, que causa muitos desafios à comunidade que o utiliza, já que está em constantes mudanças de módulos ou outras funções, e para esta pesquisa se tornou relevante, pois foi percebida a necessidade de estudar esta plataforma que cada vez se torna única dentro das instituições que a utilizam, porém, este trabalho tem como foco o módulo extensão, por esse motivo, no capítulo 4 se faz um apanhado geral desde os primórdios da extensão até a sua história dentro IFPI.

Por conseguinte, no capítulo 6 teremos os procedimentos metodológico, o que norteia esta pesquisa, a sua caracterização, que no caso é aplicada com coleta de

dados, com abordagem qualitativa, a partir de um delineamento bibliográfico, com objetivos exploratórios e com análise e coleta de dados e método dialético.

Por fim, no capítulo 7 temos o Produto Educacional, que é a parte prática do que foi abordado ao longo da pesquisa e sua metodologia. Este produto parte de uma vídeo aula, elegida pelos integrantes da pesquisa, conforme as respostas obtidas no questionário. Este vídeo é uma demonstração do passo a passo de como é submetido e finalizado um projeto de extensão no SUAP, feito por meio de gravação de tela através do programa gratuito *Prism Live Studio* e narrado pelo responsável pela pesquisa.

Os objetivos que definem a proposta desta dissertação são relevantes quanto a sua problemática e estão unidas à justificativa deste trabalho. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as dificuldades encontradas pelos professores do IFPI *Campus* Pedro II em relação ao cadastramento dos projetos de extensão no sistema SUAP. Os objetivos específicos, que são os elementos que norteiam a respostas dessa pesquisa são:

- a) Descrever os processos de cadastramentos dos projetos de extensão dentro da plataforma SUAP;
- b) Relacionar os problemas de inserção dos projetos de extensão dos professores no SUAP;
- c) Categorizar os problemas encontrados através de questionário aplicado aos professores do IFPI *Campus* Pedro II;
- d) Desenvolver um vídeo que facilite ao professor cadastrar seus projetos de extensão no SUAP.

1.2 JUSTIFICATIVA

Acredita-se que a utilização dos recursos tecnológicos é algo de suma importância para o professor e a comunidade escolar, sobretudo, no contexto pós-pandemia de Covid-19, onde a *internet* e suas ferramentas tornaram-se fundamentais na execução do trabalho docente e discente.

No entanto, pode-se observar que muitos professores ainda não dominam, ou simplesmente não lhes apetece, a correta utilização desses recursos, haja vista o baixo número de Projetos de Extensão cadastrados no SUAP. Nos anos de 2017 a 2019 tivemos apenas 25 projetos cadastrados, como pode ser melhor observado no

Quadro 4- Projetos de Extensão do *Campus* Pedro II, exposto no tópico da metodologia, conforme dados obtidos na pesquisa por esses sistema do IFPI *Campus* Pedro II, no período de 2019 a 2022, ano em que este pesquisador esteve na função de Coordenador de Extensão, responsável por articular e coordenar as atividades de extensão do Instituto. Percebeu-se também, a necessidade de mais cursos de formação, oficinas, acerca da utilização de tecnologias na *práxis* dos professores, que apesar de parecer algo já posto, uma vez que os docentes executam suas atividades em um ambiente de formação profissional e tecnológica, esse domínio aparece como incipiente.

É importante salientar que o tema desta pesquisa foi escolhido devido a observação da necessidade de um auxílio tanto por parte dos gestores, Pró-Reitoria de Extensão, quanto dos coordenadores de extensão, algo que levasse aos servidores (docentes ou técnicos) a informação adequada quanto a realização do cadastramento dos projetos de extensão, poderia ser numa espécie de oficinas semestrais ou como o propósito dessa dissertação, uma vídeo aula.

A pesquisa está baseada na função de levar a esses servidores as informações pertinentes no que tange ao cadastramento dos projetos de extensão no SUAP, como já foi mencionado, há uma pequena parcela que o faz.

Percebeu-se essa defasagem na pandemia de Covid-19, quando poucas ferramentas foram capazes de levar a educação aos nossos alunos, a exemplo das redes sociais e os aplicativos de comunicação, sendo muito complexo e difícil esse processo de compreensão e adaptação por parte dos professores de modo que pudessem ministrar suas aulas.

No que concerne ao uso da aba Extensão na plataforma SUAP, é importante que as informações sobre como usá-la sejam disseminadas aos seus usuários, pois, compreendermos o quão as tecnologias são necessárias e relevantes e nós enquanto educadores, responsáveis pela formação das nossas crianças e jovens, não podemos estar alheios a isso.

Analisando o contexto dos professores do IFPI *Campus* Pedro II, em relação ao cadastramento dos projetos de extensão, pode-se inferir as dificuldades do professor em cadastrá-los no SUAP. O fato é que, ao não conseguir realizar esse procedimento, isso impossibilita a gestão do *Campus* saber quais e quantos trabalhos os seus professores têm e, principalmente, a relevância que tais projetos trazem

consigo. Com isso, temos uma perda quádrupla: perde o planejamento realizado por não ter seu trabalho visto e dado o devido destaque que merece; perdem os alunos que poderiam ser beneficiados; mais do que nunca a própria comunidade externa, pois a extensão os traz ao âmbito da instituição e com melhorias e benfeitorias para esses, e bem como para a comunidade científica como um todo.

Por isso a pesquisa, tentar compreender quais são os principais fatores que dificultam ou impedem professores de realizarem tal cadastro, quais são os mecanismos e os métodos científicos que podem ser utilizados para auxiliá-los nesse trâmite. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, fazendo uma investigação minuciosa de campo e bibliográfica, desse modo, com as possíveis causas observadas, propor estratégias para então melhorar a inserção desses projetos no sistema.

Trazendo assim benefícios, tanto para a comunidade interna do IFPI, quanto para a comunidade externa, pois com isso a gestão poderá acompanhar de perto a movimentação desses projetos e tomar iniciativas de intervenção e como foi mencionado, oficinas, palestras e como suporte o Produto Educacional resultante deste trabalho, beneficiando, também a comunidade acadêmica, visto que foram observadas poucas pesquisas correlatas.

Percebe-se que o sistema em si é um tanto quanto complexo, o que faz com que o professor acabe desistindo de realizar o passo a passo até a execução completa da inserção dos seus projetos de extensão. Com vistas a viabilizar essa alimentação, essa pesquisa pretende propor meios que facilitem esse processo e, assim, enriquecer a comunidade acadêmica científica e o trabalho docente quanto a utilização do SUAP consoante ao cadastramento de seus trabalhos nesse sistema.

Esta pesquisa se justifica, consoante a importância pessoal, em virtude de que quando este pesquisador foi coordenador de Extensão no IFPI-Campus Pedro II percebeu que muitos professores pareciam não dominar o passo de cadastramento de seus projetos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), haja vista o baixo número de Projetos de Extensão cadastrados no Sistema. Ademais, ela também se fez necessária para o desenvolvimento intelectual e enriquecimento científico, pois, o conhecimento adquirido neste mestrado será aplicado na minha vida profissional e acadêmica, e ajudará a progredir para um outro nível no *Stricto Sensu*.

Assim, essa pesquisa traz como problemática: Quais dificuldades os professores do IFPI *Campus* Pedro II têm em cadastrar seus projetos de extensão no SUAP?

2 ESTADO DA ARTE

O "Estado da Arte" também denominado de "Estado do Conhecimento" ou "Estado da Questão" tem ganhado margem expressiva no campo da produção acadêmica, que tem como objetivo mapear e discutir o que será trabalhado na pesquisa.

Destarte, quando se busca conhecer mais sobre o IFPI, o que se encontra são informações sobre a sua criação, algo inerente ao campo da história da instituição como um todo, porém, ele tem muito mais a ser registrado, pois, é, também, um grande produtor de conhecimento. Todavia, o conhecimento precisa estar sistematicamente registrado para que, assim, ele se torne acessível a quem o busca. Para tanto, também se faz necessário percorrer um caminho que torne esse registro ordenado para quem vai registrá-lo.

Sobre isso, precisamos estar imbuídos de que tudo o que produzimos no campo da educação vira informação e, por conseguinte, conhecimento e também história, por isso, para que isso não se perca, é imprescindível que sejam feitos os devidos registros do que se é produzido na esfera ifpiana.

Desse modo, em se tratando de trabalho científico, o Estado do Conhecimento é quem o norteará e, segundo Romanowski (2002, p. 15-16), a pesquisa requer alguns requisitos necessários tais como:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
- localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
- estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte;
- levantamento de teses e dissertações catalogadas;
- coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
- leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
- organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
- análise e elaboração das conclusões preliminares.

Logo, percorrendo o que nos é instruído acima por Romanowski (2002), esta pesquisa mostra o panorama da extensão dentro do IFPI-Campus Pedro II no que concerne, sobretudo, a aba SUAP voltada para o cadastramento de projetos extensionistas.

2.1 A PESQUISA NA PERSPECTIVA DAS TICs E O SUAP

Com o envolvimento cada vez maior das TICs em todas as repartições públicas e privadas e na vida cotidiana das pessoas, houve um grande avanço desta plataforma dentro da nossa instituição. Como assevera Almenara (1996) as chamadas “novas tecnologias” estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, também são chamadas “Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)”

Objetivando trazer novas direções sobre essa abordagem das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), aqui é mostrada a importância do sistema SUAP no que tange, sobretudo, ao cadastramento do projetos de extensão, porém, que causa muitos desafios à comunidade que o utiliza, já que está em constantes mudanças de módulos ou outras funções, e que para esta pesquisa se tornou relevante pois foi percebida a necessidade de estudar esta plataforma que cada vez se torna única dentro das instituições que se utilizam dela.

Com relação ao SUAP, esse sistema é uma ferramenta utilizada na repartição de ensino, porém, são necessários mecanismos para facilitar o seu manuseio pelos docentes, pois, foi percebido na aplicação do questionário dificuldades, tais como, burocracia, muitos módulos, linguagem difícil, por essa razão, este trabalho visa sanar essas dificuldades com um produto que agregará informações de fácil linguagem e que atendam as demandas destes usuários.

2.2. BUSCANDO DADOS

A principal inquietude que motivou esta pesquisa foi a inerente as dificuldades que os professores do IFPI *Campus* Pedro II tinham em cadastrar seus projetos de extensão no SUAP. Partiu, então, desta primícia a busca por dados que respondessem a inquietude do pesquisador, por isso, como Estado de Arte foram apanhadas as seguintes bases: 1) Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; 2)

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); 3) SITE DO SUAP DO IFRN; 4) e Portal de periódicos da CAPES.

Foram selecionados quatro descritores conforme critérios de busca abrangendo a temática proposta no título desta dissertação tais como: (1) A História da EPT e a Politecnia, (2) Omnilateralidade e Trabalho e EPT, (3) A história da Extensão apanhado geral e no IFPI, (4) A história do SUAP. Vale ressaltar que devido a algumas especificidades da pesquisa, algumas fontes aqui trazidas possuem data de publicação superior a 5 (cinco) anos. Foram muitos os resultados da pesquisa, por isso, para a construção deste trabalho, optou-se por aqueles que mais coadunavam com a linha de pesquisa aqui escolhida, por isso, o número apresentado no quadro: Resultado de Pesquisa em Base de Dados, refere-se aos trabalhos realmente consultados.

Podemos concluir que o Estado da Arte, por meio de leituras e análises de referências teóricas, é construir um apanhado geral de investigações sobre o objeto de estudo, tendo como base, dentre outros aspectos, a relação com o tema desenvolvido. No Quadro 1 podemos acompanhar um resumo dos resultados da pesquisa nas principais Bases de Dados.

Quadro 1 – Resultado de Pesquisa em Base de Dados

FONTE	TERMOS PESQUISADOS			
	A História da EPT e a Politecnia	Omnilateralidade e Trabalho e EPT	A história da Extensão apanhado geral e no IFPI	A história do SUAP
Artigos	30	25	0	0
Legislação	8	3	0	0
Sites	1	0	1	1
Documentos Técnicos	4	3	1	1
Livros	6	8	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Diante do material achado, foi possível discorrer sobre a temática aqui proposta, bem como fundamentar os argumentos acerca dos projetos de extensão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho tem como base teórica a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a extensão dentro do IFPI e o SUAP, baseando-se nos autores Magalhães (2011), Pacheco (2012), Frigotto; Ciavatta; Ramos, (2005), além de sites do Governo Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dos criadores do SUAP e da Pró-Reitoria de Extensão do IFPI, por meio do Plano Político da Extensão (PPE). Para que assim possam ser fundamentadas as informações que serão discorridas neste capítulo.

3.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Neste capítulo, faremos um relato sobre a história da EPT no Brasil, bem como seu conceito, assim também, a relação da politecnia, omnilateralidade, do trabalho e a EPT, seus relatos serão de suma importância para entendermos seu processo e sua relevância para a comunidade acadêmica e brasileira.

3.1.1 Conceito e História da EPT no Brasil

A história da Educação Profissional e Tecnológica tem início ainda no século XIX, com a finalidade de profissionalizar os filhos da **classe operária** que não tinham recursos financeiros (Magalhães, 2011, [*grifo do autor*]). Segundo essa mesma autora, essa formação de mão de obra brasileira:

Ocorreu por decorrência do pensamento europeu proveniente do século XIX, segundo o qual, a sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores, que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Nesse sentido, às classes de poder aquisitivo considerável eram reservados os estudos clássicos, o trabalho intelectual era valorizado às elites; às classes menos favorecidas cabia o trabalho manual, menos valorizado. Sacramentava-se, assim, a velha dualidade do ensino: uma escola para os pobres e uma escola para os ricos; uma escola para aqueles que vão dirigir a sociedade e uma escola para aqueles que vão servir a sociedade. (Magalhães, 2011, p. 93).

Segundo Pacheco ([2009?]), ainda na República, surge a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices, em 1909, através do Decreto n.º 7.566/1909, que se

destinavam ao ensino profissional e gratuito, concretizando, assim, o início da EPT com 19 escolas. Para Kunze (2009), o objetivo era oferecer ao povo que se aglomerava nas cidades, uma ocupação por meio de cursos profissionalizantes que gerassem, assim, uma mão de obra para as indústrias que começavam a surgir no país, a autora apresenta que com a instituição dessa rede seria o marco inicial da profissionalização do país.

Com o passar dos anos, a EPT passou por diversas reformas visando atender as necessidades vigentes da sociedade (Oliveira; Frigotto, 2021). Por essa razão, precisou-se qualificar a mão de obra no país, daí surge a educação profissional nos moldes de uma rede de escola e como projeto nacional, surge no contexto da República, a partir do Decreto n.º 7.566, de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha (Brasil, 1909). Nesse sentido, vemos a importância da educação para a formação humana, de sua emancipação, superação de preconceitos e também do senso comum.

A criação das escolas profissionais, *a priori*, tiveram como objetivo formar operários enquanto mão de obra qualificada para o trabalho, através do ensino prático-repetitivo e conhecimentos técnicos básicos necessários à execução, de forma mecânica, de um ofício (Alves; Placido; Faria; Rhor, 2019). Vale pontuar que essa estrutura de ensino profissionalizante estava mais para um plano assistencial do que um programa educacional.

Enquanto os filhos da elite seguiam no ensino superior, a classe baixa seguia com o ensino de plano assistencial, formando assim cidadãos para as indústrias. Conforme pode ser constatado na seguinte fala do autor:

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Guimarães, 2019¹).

Desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, essa instituição teve várias denominações, porém, foi no ano de 1937, segundo Brasil (2011), que a

¹ A fonte consultada não é paginada

educação profissional passou a ser vista como desenvolvimento social para a classe trabalhadora e, por isso, o então presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais. Dessa forma, é sabido que:

Os Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que então passara a se desenvolver mais rapidamente. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento (Brasil, 2011²)

Sobre essa importância da mão de obra para o trabalho, ela se faz necessária em virtude de que apenas o ser humano trabalha e educa, como assevera Saviani (2007). Diante dessa afirmação, fica a reflexão: como desempenhar um bom trabalho se não se tem a devida qualificação? Marx (2017) ainda traz que o trabalho é um processo da relação do homem com a natureza, em que ele se apropria dela de uma maneira útil para a sua própria vida, modificando, ainda, a sua própria natureza.

Consoante à democratização do acesso à educação profissional, Ciavatta *et al.* (1991, p.110) mostra as lutas pela LDB nos anos de 1980:

A pergunta para nós que estamos tentando avançar uma reflexão sobre o 2º Grau [atual ensino médio] e a politecnia seria o que deve saber aquele que executa o trabalho na sociedade? O que ele deve saber para, de alguma maneira, controlar o processo e o produto de seu trabalho?

Em 1997, por meio do Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997 (Brasil, 1997), houve uma reformulação dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, separando-o assim do ensino técnico profissionalizante, em que ocorreram diversas críticas e que contradizem o princípio da politecnia (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Isso permaneceu até 2004 quando o Decreto n.º 5.154 de 21 de julho de 2004 restabelece a retomada dos cursos técnicos integrados (Brasil, 2004).

No ano de 1996, a EPT deu um passo muito importante com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), que teve uma alteração pela Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008, a qual incluiu a denominação Educação Profissional e Tecnológica e a integração a outros níveis e modalidades da educação (Brasil, 2008):

² A fonte consultada não é paginada.

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Brasil, 2008³).

Como visto acima, os Institutos Federais (IF) passaram a ofertar não apenas educação de nível médio, mas também se estendeu à graduação e pós- graduação *lato e stricto sensu*. Tendo ainda a transversalidade e a verticalização como dois aspectos que contribuíram para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições (Pacheco, 2010).

O cenário da EPT no Brasil é disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP que realiza censos e outras formas de avaliação que são referência para interpretação dos dados em relação à conjuntura e desempenho dos cursos ofertados pelas instituições de EPT.

Aqui mostraremos o Quadro 2- síntese sobre a história da EPT no Brasil.

³ *Idem*.

Quadro 2 - Síntese do histórico da EPT no Brasil.

ANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional no Brasil, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices que objetivava a preparação de mão de obra qualificada.
1937	A educação técnica passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora pois, a Constituição promulgada pelo presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.
1940	Fase que inicia a grande industrialização no Brasil.
1942	Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde no Brasil, promove uma grande mudança na estrutura educacional brasileira onde equiparou o ensino profissionalizante e técnico ao nível médio e os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EIT's).
1959	As EIT's foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF's) passando a adquirirem autonomia pedagógica e administrativa.
1971	Promulgação da Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que instaurava a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2º grau passassem a ter caráter profissionalizante.
1978	Surgem os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), centralizados nas Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos
1980 - 1990	Período em que os Cefet's viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETF's e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.
1996	Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, a qual favoreceu a publicação do Decreto Lei nº 2.208/96, reformulando o ensino técnico, promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional.
2004	O Decreto 5.154/04 determina a reintegração, mais uma vez, do ensino técnico ao médio.
2005	O Decreto 5.458/05 cria o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.
2008	O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).
2011	A partir da Lei nº 12.513 de 26 de outubro, sob o governo da Presidenta Dilma Rousseff, institui-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Fonte: Santos e Marsechan, (2017, p. 06).

Cada mudança ocorrida no âmbito da educação profissional visou tornar o ensino mais humanizado com vistas a atender as necessidades do mercado de trabalho, fomentando, assim, o crescimento das regiões onde se localizam as instituições de ensino.

3.2 POLITECNIA: UM CONCEITO

A palavra politecnia etimologicamente significa muitas técnicas. A partir dessa compreensão, podemos inferir que a ideia de politecnia tem muito a ver com as

estruturas vinculadas com concepções antropológicas, já que essa ideia era a criação de várias técnicas para a construção de uma massa trabalhadora qualificada (ver no tópico 3.4 que fala do trabalho e a EPT), onde se necessitava de uma mão de obra barata e qualificada. Também pode ser entendida como uma educação que trabalha o homem a nível intelectual, física e tecnológica, segundo colocam Moura, Lima Filho e Silva (2015) quando interpretam Karl Marx.

Consoante à educação profissional, Saviane (2007) assente que a politecnia nela empregada é no sentido de se especializar o homem para o trabalho com fundamentos científicos. Mais adiante, esse mesmo autor anui que na visão marxista, esse termo está voltado para a união entre escola e trabalho. Por conseguinte, ele continua afirmando que esse termo se refere “aos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna” (Saviane, 2007, p. 164).

Entretanto, é necessário se compreender que a evolução das coisas traz em si a necessidade de se saber lidar com elas, daí podemos inferir que surge a de se preparar pessoas para novos tipos de trabalhos. Ademais, também vale ressaltar que o trabalho é algo que faz parte da essência humana, “o que o homem é, é-o pelo trabalho” (Saviani, 2007, p. 154).

Destarte, também pode ser observado no pensamento burguês da Europa dos séculos XVI e XVII que a classe média alta tinha maior privilégio quanto a formação acadêmica e a massa servia como de mão de obra para atender à burguesia que também precisava ser qualificada.

A partir da Revolução Industrial os meios de trabalho mudaram significativamente impactando diretamente na educação, já que associados a ela vieram as consideráveis transformações técnicas e tecnológicas e as questões da mais valia e a valorização do capital. Com esse último processo citado e a questão da mais valia vieram as pesadas jornadas de trabalho e a desclassificação da mão de obra, então surgem novas formas de organização do trabalho e novas tecnologias.

Com todas essas mudanças relacionadas ao trabalho em virtude das mudanças tecnológicas, ele foi dividido em tarefas de execução, sendo: o manual e o intelectual. Desse modo, o trabalho manual ficava com a classe trabalhadora para a operacionalização das máquinas e o intelectual com a elite, classe empregadora.

Com esses avanços, a partir do século XVIII e primeira metade do século XIX, surgem na Inglaterra o primeiro papel dos cientistas e das instituições de ensino,

dando assim, maior importância para a educação. Isso se deu em virtude da mudança mental, sobretudo, de integrantes da comunidade intelectual, mesmo sob o olhar do clero. Esses integrantes eram em sua maioria membros da igreja e suas descobertas visavam glorificar a perfeição da obra divina para evitar censura, sendo, também, crucial o apoio recebido pela parte política para a sua consecução e, mais a frente, o recebido pelas indústrias que também se beneficiariam das descobertas (Rosa, 2012).

Destarte, aqui no Brasil temos como uma das importantes escolas politécnicas a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que foi fundada em 1985, inicialmente denominada de Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, sendo subordinada a Fiocruz. Sua criação foi motivada por movimentos sociais em torno dos rumos da saúde, em especial a saúde mental com o Movimento da Reforma Sanitária, e da educação durante a redemocratização do país (Antunes, 2022).

Sua história coincide com o período da Nova República no Brasil, nesse período, foi criado o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), pelo governo José Sarney em julho de 1986. Com recursos do Banco Mundial, o Protec previa a instalação de 200 escolas técnicas, industriais e agrícolas (ensino de 1º e 2º graus), responsável pela formação de profissionais de nível médio e elementar na saúde. Em um primeiro momento, a Escola oferecia cursos supletivos (educação de jovens e adultos da época), voltados para trabalhadores da Fiocruz, bem como cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores já inseridos nos serviços de saúde, como a oferecida a partir de 1986 para agentes comunitários de saúde por meio de um convênio com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio (Antunes, 2022).

3.2.1 O Surgimento das Primeiras Escolas Politécnicas

O surgimento de uma ideia de ensino mais amplo veio ganhando importância na Inglaterra, mas foi na França que teve maior potência, Pós-Revolução de 1879, a partir daí surge o primeiro termo “politécnico”, bem como a Escola Politécnica em que a ela foram juntadas outras instituições de ensino e investigação com vistas a expandir a ciência no país (Rosa, 2012). Essas escolas tinham uma figura mais classista, como já dito, eram voltadas a elite burguesa que tinha assumido o poder.

Com vistas a qualificar mão de obra para atender as necessidades do mercado que surgiam com a Revolução Industrial, a *École Polytechnique* (Escola Politécnica de Paris), surgiu na França como escola de maior prestígio em meados do século XIX,

que tinha um modelo que influenciava outras escolas. Suas principais características eram o processo de admissão que restringia quase que por completo a possibilidade de acesso às classes trabalhadoras, a valorização da cultura e das ideologias da burguesia e a criação de um espírito de corpo (Bourdieu, 1989).

Surge, então, os ideais de Marx e Engels com relação ao trabalho e aos princípios educativos, onde se entendia num elemento a ser incrementado em todos os níveis sociais e de formação dentro das fábricas, onde o tópico 3.4 deste capítulo traz a relação do trabalho. Paniagua, Santos e Acosta (2014, p. 03) anuem que “o conceito de politécnica é sinônimo e concepção de educação marxista”. Dessarte, os autores Moura, Lima Filho e Silva (2015) acrescentam que a incorporação do termo politécnica à formação integração do ser humano foi Marx se deu em virtude das suas próprias de suas próprias referências.

No Brasil, essas questões de educação politécnica só se iniciam com o debate educacional dos anos de 1980, quando o país passa pelo processo de redemocratização. Essas discussões se deram em virtude das novas visões de ensino e necessidade de se organizar o currículo escolar à luz das necessidades vigentes (Silva-Batista; Moraes, 2019).

Vale salientar que o período da ditadura (1964 a 1985) dificultou as discussões desse tema em formulações políticas públicas para a educação. Porém, durante a Assembleia Constituinte este conceito passou a ser abordado e discutido entre educadores. Somente na primeira década do século XXI que se retomam as discussões em torno da educação politécnica motivadas pelo Decreto n.º 5154/2004, ele traria como principal contribuição a possibilidade de integração entre a formação geral e profissional, através do ensino médio integrado, que nos anos de 2006 seriam novamente implementado no IFs.

No Brasil, a educação politécnica deu nome as instituições educacionais com o objetivo de formar o indivíduo em todos seus aspectos, de forma omnilateral. Essa omnilateralidade, segundo o conceito de Max (2017) o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em suas potencialidades humanista e científica. Tendo no sentido emancipatório de superar, na educação, a divisão social do trabalho entre trabalho manual/trabalho intelectual, e formar trabalhadores que possam ser, também, dirigentes no sentido gramsciano (Gramsci, 2011; Semeraro, 2003).

3.3 OMNILATERALIDADE NA ESCOLA MÉDIA

A educação deve estar voltada para o desenvolvimento do ser humano em sua omnilateralidade, ou seja, capaz de desenvolvê-lo em todas as suas dimensões e não apenas a física. De acordo com o conceito formulado por Marx, o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em suas potencialidades, levando em consideração a formação científica junto ao seu processo educacional, político e estético.

Dessa forma, o seu ato pedagógico pode ser emancipador, pois, na busca por uma sociedade justa, é indispensável a preocupação com a formação humana integral. Para os autores Moura, Lima Filho e Silva (2015), na visão Marx a politecnia se efetua no indivíduo pela indissociabilidade da educação do corpo, da intelectual e da tecnológica, conferindo-lhe uma formação superior.

Nesse sentido, Ciavatta (2005, p. 85) anui que:

Como formação humana, a formação integrada busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Ciavatta, 2005, p. 85).

Visando o desenvolvimento contínuo do indivíduo, a Comissão internacional sobre a educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas (UNESCO), desenvolveu um documento que recebeu a contribuição de educadores do mundo inteiro e fora denominado de “Um tesouro a descobrir”, tema este proposto em 2010, por considerar que as políticas educacionais são um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos e que a missão da educação é fazer com que todos frutifiquem seus talentos e suas potencialidades criativas, assumindo sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal (UNESCO, 2010).

De acordo com Relatório Jacques Delors:

Para poder dar respostas ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;

finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (Relatório Jacques Delors, 1998, p. 89-90, *apud* Chrispino, 2023).

Esse documento tem como base o pensamento pedagógico atual, considerando homens e mulheres do século XXI a terem a necessidade de aprendizagens essenciais para sua realização pessoal e coletiva, ou seja, essas necessidades estão inseridas na “educação permanente”, da “educação continuada”, ou da “Androgogia”⁴. A exemplo, pode ser relacionada a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que proporciona a pessoa adulta o acesso à educação e passa a ser constituído como verdadeiro pilar da própria vida, porém tem sido vista como uma educação compensatória para aqueles que foram marginalizados. “De outro modo, não há como aprender a conhecer, a fazer e a conviver se não aprender a ser. Do mesmo jeito, não se pode ser, se não se aprende a conhecer, a fazer e a conviver” (Romão, 2010, p. 5).

Assim podemos abrir nosso pensamento para compreender o conjunto de relações que autorizam a pensar o sujeito humano em seu contexto, conseqüentemente, na abolição das fronteiras entre trabalho manual e integral (Frigotto, 2012, p. 34).

Por fim, podemos perceber a relação entre politecnia e omnilateralidade em sua essência, o que faz com que o indivíduo se torne um ser crítico no processo de ensino e aprendizagem e não um ser alheio ao mundo em que ele está inserido, tendo a formação humana na perspectiva integral, em que a formação física, intelectual, moral, social e emocional se entrelaçam e se desenvolvem de maneiras simultâneas.

3.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNOLÓGICA

Ao longo do tópico anterior discutiremos sobre a história da EPT no Brasil, em que ela tem como função preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, fornecendo, assim, mão de obra especializada. Falar de história do trabalho requer uma relação com o espaço em que o indivíduo vive, tal reflexão exige que, logo, sintetize a temporalidade na compreensão e expressão do tempo no espaço, cuja

⁴ A Andragogia significa, “ensino para adultos”

essência é o que se caracteriza como processo socioespacial (Santos, 1977 *apud* Castro; Plácido; Schenkel, 2020).

Todas essas questões de trabalho no Brasil podem-se inferir às questões do colonialismo, onde o país foi exposto ao cenário mundial no bojo da transição do feudalismo para o modo de produção capitalista. Este período caracterizou, portanto, a transição em direção à fase urbana industrial, onde o excedente populacional urbano neste sistema produtivo tem o papel de regular o preço do trabalho assalariado por meio da dimensão do mercado industrial de reserva (Oliveira, 1989).

No segundo império, onde a monarquia brasileira via que o negro não tinha direito a salário, mesmo passando por três séculos de escravidão, buscou meios para quem o fizesse esse tipo de trabalho, surgindo aí o tipo de trabalho assalariado. Então, aparecem os imigrantes, italianos, alemães e espanhóis que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX, tendo-os como mão de obra barata, porém a fazer o papel que ao negro não lhe era concedido (Castro; Plácido; Schenkel, 2020).

Para viabilizar a operação da nova base produtiva material que se constituía com o avanço da industrialização, fazia-se necessário um novo tipo de formação oferecida por um novo sistema escolar. Tal sistema era reivindicado pelo documento dos pioneiros da educação que representava a expressão pedagógica da revolução burguesa que se consolidava com o movimento de 1930 (Saviani, 2013).

Com relação à organização e administração do sistema educacional os signatários do manifesto explicitavam o protagonismo do Estado acerca de uma educação essencialmente pública, laica, gratuita e obrigatória (Saviani, 2013, p. 241). Ainda conforme esse mesmo autor, o ideal da Escola Nova, na visão de Fernando Azevedo, envolvia três aspectos: escola única, escola do trabalho, escola-comunidade.

Depreende-se, então, que a Rede Federal de Ensino foi organizada para estimular o desenvolvimento local e/ou regional, estimular descentralização dos grandes centros urbanos para as pequenas cidades e profissionalizar jovens, que antes precisavam sair de suas cidades, para o mercado de trabalho local.

Dessarte, Pacheco (2010, p. 11) anui que:

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do

governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Este tipo de educação está direcionado ao desenvolvimento da capacidade, competência e habilidade do aluno em competir no mercado de trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.394/96 (Moran, 2018), se constitui num marco para a educação profissional, com funções para todos os educandos, pois que prevê:

- A formação da pessoa de modo a desenvolver seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto ao projeto da sociedade em que se situa;
- A preparação e orientação básica para sua integração no mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- O desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis cada vez mais complexos de estudos (Berger Filho, 1999]

A Educação Profissional de acordo com o conteúdo do art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem a seguinte redação dada pela Lei n.º 11.741, de 2008: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 2008).

A educação profissional deve complementar a educação básica, tanto no nível básico onde o aluno pode até não ter a escolaridade obrigatória completa, mas deve melhorar suas habilidades básicas e ser estimulado à conclusão do ensino médio. Assim, por exemplo, os princípios de matemática financeira, ou estudos de língua portuguesa mais voltada para uma redação formal, o domínio de uma língua estrangeira, ou ainda, algumas noções básicas de direito do trabalho; enfim, aquilo que, compreendido como parte da educação geral do indivíduo.

Ademais, a “educação profissional tem como objetivo não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade” (Albuquerque; Luz Neto, 2019). Identificar carências, lacunas e mobilizar-se para preenchê-las sendo uma ótima

oportunidade para desenvolver estratégias de superação das dificuldades e de busca e seleção de informações.

Enfim, é necessário encontrar trajetórias pedagógicas que proponham a integração dos recursos em situação real ou realista, com dados faltantes ou aproximativos, conhecimentos incertos, prazos, resistências, desacordos entre profissionais, entraves institucionais para serem inseridas no cotidiano dos alunos. Se possível alinhar o aluno ao trabalho estimulando a integração da equipe, o relacionamento interpessoal valorizando o desenvolvimento das competências para o exercício de uma profissão, possibilitando ao mesmo tempo a continuidade dos estudos.

Esse tipo de modalidade permite trabalhar a teoria/prática de maneira diversificada, que geram estratégias específicas com base no coletivo, para desenvolver habilidades dentro do ambiente corporativo.

A educação profissional busca integrar escola e trabalho levando-se em conta técnicas de produção e critérios de produtividade e requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, a compreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Coadunando com a importância da educação profissional para o trabalho, professor Moura (2014) lhe tem como princípio educativo ao afirmar:

O trabalho é princípio educativo em seu sentido ontológico ou ontocriativo, ao ser compreendido como mediação primeira entre o homem e a natureza e, portanto, elemento central na produção da existência humana. Dessa forma, é na busca da produção da própria existência que o homem gera conhecimentos, os quais são histórica, social e culturalmente acumulados, ampliados e transformados (Moura, 2014, p. 100).

O grande desafio da educação profissional é transformar o aprendizado dos conteúdos em competências para o trabalho. O conhecimento é entendido como simplesmente saber, a habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática do trabalho.

4 A HISTÓRIA DA EXTENSÃO NO IFPI

A atual concepção da EPT parte da premissa da integração entre ciência, tecnologia, cultura, observando os conhecimentos específicos e o desenvolvimento da capacidade intelectual com essência nos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Baseando-se nisso é que as atividades de extensão visam a promoção e a interação entre a instituição e comunidade integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social. Elas têm como base a ação conjunta com a comunidade, onde torna disponível o conhecimento acumulado e produzido pelos múltiplos potenciais desenvolvidos na instituição. Esta ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino.

Com a criação dos IFs, abre margem para uma atividade que é trabalhada nesta pesquisa, que é a extensão. A LDB em seu artigo 46, inciso 7, traz como finalidade de uma instituição de ensino superior “[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Dessa forma, compreende-se que a extensão são práticas que relacionam uma Instituição de Ensino Superior (IES) às demandas da sociedade em que está inserida, produzindo um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino e o mundo do trabalho, conforme se pode também observar no artigo 43 da LDB, descrito a seguir:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 1996, p. 4).

O Plano Nacional de Educação apresenta a importância da extensão dentro do contexto de Ensino Superior e à sociedade, estabelecendo seu processo e seu conhecimento acadêmico (Brasil, 2014). No ano de 2018, o Ministério da Educação, publicou a Resolução n.º 7 (Brasil, 2018), que estabelece as Diretrizes para a

Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Onde podemos ver:

Art. 1º: Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

Art. 2º: As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios. (Brasil, 2014).

Para o IFPI, a extensão como política educacional é uma atividade capaz de direcionar um outro rumo à educação brasileira, precisamente, no Piauí, contribuindo com a formação do profissional cidadão. Para isso, muitos programas para a aplicabilidade da extensão dentro desta instituição estão sendo elaboradas por parte da Pró-Reitoria de Extensão, programas e atividades estabelecidas na RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI N° 173, de 3 de julho de 2023, art. 14 - que cita a questão das cargas horárias docentes para à extensão:

Art. 14. Somente serão computadas, na carga horária do Docente do EBTT, as atividades de extensão que estiverem devidamente registradas/aprovadas em programas e editais institucionais, mesmo que executadas em parceria com outras Instituições de Ensino e Pesquisa. Também serão considerados projetos de extensão oriundos de demandas sociais locais, regionais e nacionais. (IFPI, 2023).

Nela, o professor extensionista tem até 8 horas a serem computadas em seu Plano Semestral Docente e os seus colaboradores até 4 horas.

Dentro do IFPI, a extensão está representada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX), unidade organizacional responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão que tem suas ações norteadas em coerência com legislação em vigor, pelas diretrizes existentes no Plano Nacional de Extensão, constituída no Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras

(FORPROEXT, 2001), com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI e por sua Política de Extensão proposta neste documento que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do IFPI e seus *Campi*. Propõem também que todas as atividades sejam identificadas segundo as dimensões da extensão discriminadas abaixo, a fim de uniformizar terminologias e criar uma base conceitual comum é que o Projeto Político da Extensão (PPE) do IFPI nos traz:

Projetos Tecnológicos: de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.

Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo.

Eventos: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.

Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Estágio e Empregos: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa de estágio (encaminhamento e documentação).

Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.

Visitas Técnicas: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo e Cooperativismo: apoio à formação empreendedora através de programas institucionais.

Acompanhamento de Egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional de egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Relações Internacionais: tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. (PPE-IFPI, 2017).

Também é possível se observar na Lei n.º 11.892/2008, no que tange à extensão para o processo de ensino e aprendizagem, que é dever das instituições de ensino proporcioná-la à sua comunidade com foco no desenvolvimento educacional em consonância com o mundo do trabalho (Brasil, 2008). Assim, compreende-se que essas práticas desenvolvidas por uma IES devem atender às demandas sociais em que ela está inserida.

Após entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFPI, ela faz relatos sobre todo o processo de criação e elaboração do Programa de Extensão dentro do IFPI, conforme tópico: 6.4.2 – Análise da Entrevista da Pró-Reitora de Extensão.

5 A HISTÓRIA DO SUAP

A história do SUAP começou, precisamente, no ano de 2006, quando alguns dos servidores do IFRN, em meio a dificuldade que encontravam por ter vários outros sistemas que dificultavam o cruzamento dos dados e a geração de relatórios. Com essa problemática foi criado, o SUAP que seria o Sistema Unificado de Almoxarifado e Patrimônio e que aos poucos foi se expandindo e se tornou o Sistema Unificado de Administração Pública (IFRN, 2023).

O SUAP foi criado pela equipe de desenvolvimento de sistemas de informação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), visando a gestão integrada das informações. Este sistema é, atualmente, utilizado em diversos IFs como ferramenta de informatização e sistematização dos dados da gestão. Já existe no IFRN um módulo de atividades estudantis, correlato ao Departamento de Assistência Estudantil. Neste estudo, algumas ações propostas já são realizadas.

Esse Sistema foi implantado com o objetivo de dar suporte à gestão dos processos administrativos e acadêmicos do IFRN e foi desenvolvido internamente na instituição pela Coordenação de Sistemas de Informação (COSINF), que faz parte da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI).

Trata-se de um tipo de Sistema que pode ser classificado como *Enterprise Resource Planning* (ERP), uma vez que foi elaborado com base em uma estrutura modular que possibilita a interligação dos diversos dados por área e por unidade, visando à gestão integrada das informações. Justificando, assim, o devido enquadramento do SUAP no conceito de Sistema Integrado de Gestão.

Os usuários desse sistema são os servidores, alunos, terceirizados ou visitantes, uma vez que devem fazer o uso dele para realização de suas atividades ou para acesso a informações da Instituição. Sendo o foco da presente pesquisa investigar as dificuldades dos usuários servidores, mais especificamente os professores, ao lidar com a referida tecnologia.

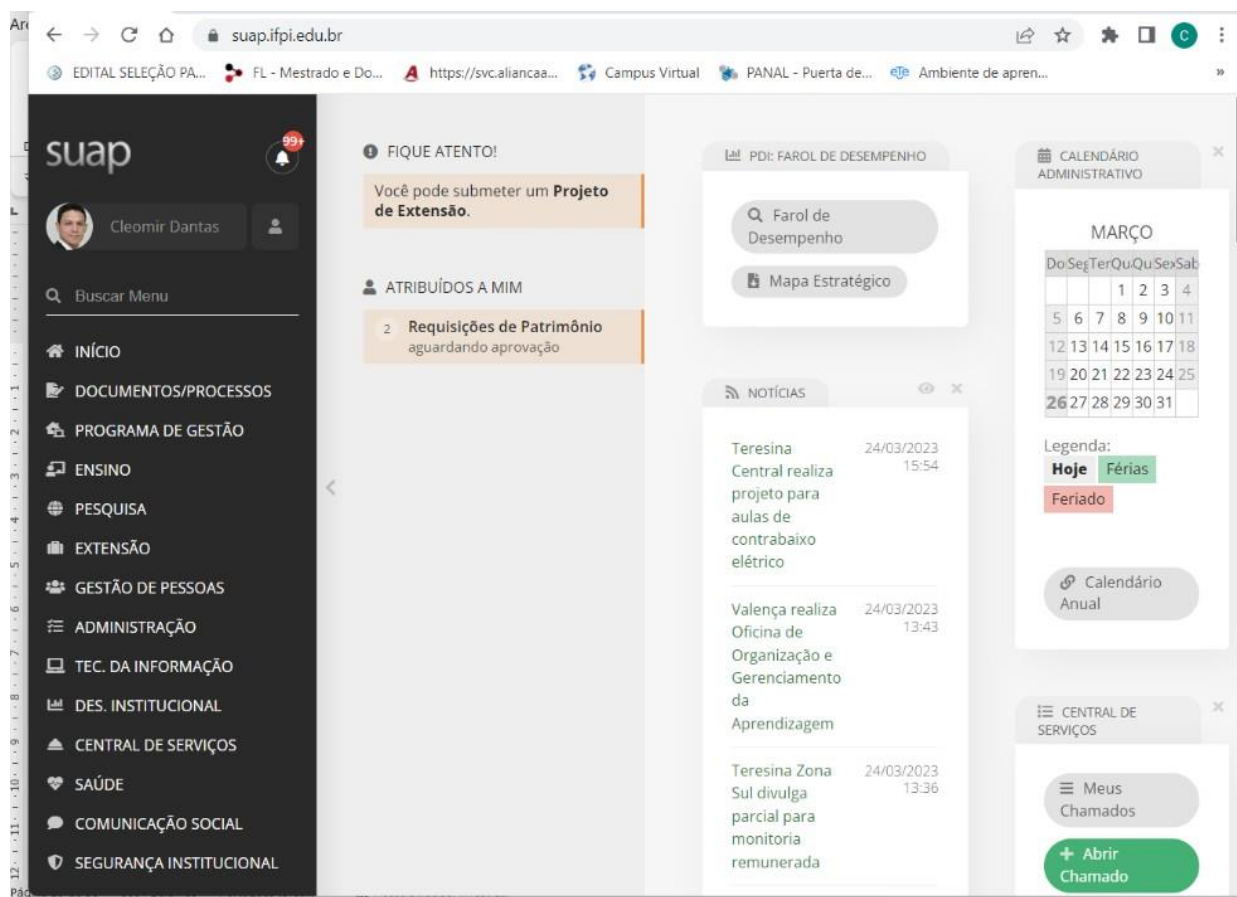
Em meados de 2006, o projeto SUAP foi iniciado somente como uma atualização do ponto eletrônico. Mas, a partir de 2007, inicia-se o desenvolvimento de módulos adicionais para serem integrados ao sistema. E desta forma, no decorrer do tempo, os módulos foram sendo desenvolvidos por etapas de acordo as necessidades internas da instituição, por exemplo, os módulos de gestão de pessoas implantado em

2008 e de gestão acadêmica implantado em 2013. Buscando assim, atender tanto as áreas de gestão de pessoas, de administração geral e de gestão acadêmica quanto as áreas de pesquisa e extensão.

Esse objetivo, então, não era em um só sistema controlar e gerenciar as diversas áreas da instituição, começando pelos módulos ligados à administração e gestão de pessoas, mas gerenciar de forma única todas as demandas do IFRN.

Devido a expansão da Rede Federal de Educação, com a implantação de vários Institutos Federais por todo o Brasil, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) negociou com o IFRN sobre a possibilidade de disponibilizar o SUAP para outros Institutos Federais. Atualmente, fazem uso desse sistema, além dos IFs, outros órgãos também: Anvisa, Câmara Municipal de Goiânia, Conselho Federal de Medicina Veterinária, Conselho Federal dos Técnicos Industriais, Escola de Governo da AGU, ENAP, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Benjamin Constant, INCQS/Fiocruz, ITEP/RN, Pref. de Campos dos Goytacazes/RJ, Pref. de Caruaru/PE, Pref. de Parnamirim/RN, Pref. de Rondonópolis/MT, Secretaria de Administração/RN, UEMS, UENP, UEPB, UFAPE, UFR, UNCISAL, UNIFAP (IFRN, 2023). Além destas instituições segue abaixo o mapa (Figura 1) com todos os IFs que utilizam o SUAP:

Figura 2 - A Plataforma SUAP



Fonte: SUAP (2023)

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos que conduziram o processo de investigação do objeto deste estudo, visto que é importante conhecer o método e a forma que versou a pesquisa. A esse respeito, Zanelle (2011) traz o método dialético como algo sendo bastante antigo, inclusive Platão considerava a dialética como a arte do diálogo. Considerando a fala da autora, pode-se observar que um trabalho de pesquisa é um diálogo entre o problema proposto e os dados que serão obtidos (Zanelle, 2011). Ela também afirma que a metodologia significa estudo do método.

Quanto a sua natureza, é uma pesquisa aplicada, com análise de dados e se abordou uma visão quali-quantitativa dos fatos registrados e coletado após a análise dos questionários entregue aos participantes. Ela se caracteriza como qualitativa por trabalhar a opinião dos informantes a partir de suas falas (Minayo, 2009). Também se caracteriza como quantitativa ter sido feito um levantamento de dados de modo quantificado, objetivo (Fonseca, 2002, apud Silveira; Córdova, 2009)

Esta pesquisa, quanto aos seus objetivos foi exploratória, participativa e de campo, pois analisou-se os fatos, interpretando-os e identificando suas causas. Para tanto, foi observado sua conexão com a linha de pesquisa, tendo como recorte o interstício de 2017 (data do funcionamento do SUAP no IFPI).

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica e de campo, pois além de ser feito um apanhado geral sobre autores que rezam acerca da EPT, bem como a história da extensão no IFPI e do sistema SUAP, que foi aplicado o questionário com os professores.

Também foi recolhido em livros, periódicos digitais ou não, banco de dissertações e teses, revistas literárias, dentre outros, extenso material a respeito da relação dos fatos históricos os quais comporão o aporte teórico que sustentará as análises feitas. O presente trabalho também não deixa de ser um estudo de caso, segundo (Yin, 2015, p. 192).

Para uma melhor compreensão das etapas da pesquisa, segue o Quadro 3 – Sistematização das Etapas ou Procedimentos Metodológicos onde é apresentado, de forma sistematizada, o Fluxograma da Pesquisa:

Quadro 3 – Sistematização das Etapas ou Procedimentos Metodológicos

Etapas	Costa; Costa, 2018	Gil, 2018	Severino, 2016	Marconi e Lakatos, 2019
1. Leitura de reconhecimento, de forma crítica, do material bibliográfico (livros, teses, dissertações, artigos e periódicos), com o objetivo de localizar e selecionar o material que mais se aproxima ao tema.	Revisão da literatura	Identificação das Fontes	Levantamento da fonte e documentos	Seleção do tópico ou problema para a investigação
2. Pesquisa no Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, <i>Campus II</i> , na Coordenação de Extensão, nas Coordenações dos Cursos técnicos	Local onde a pesquisa será realizada	Localização das fontes e obtenção do material	Atividade de pesquisa e documentação	Coleta dos dados
3. Sistematização de um quadro relativo à categorização dos conteúdos levantados pelos questionários e entrevistas	Construir uma interface entre a coleta de dados e a análise	Leitura do material e confecção de fichas	Fichas de documentação	Sistematização e classificação dos dados
4. Análise e problematização dos dados coletados	O que está sendo dito no texto	Construção lógica do problema	Análise dos dados e construção lógica do raciocínio demonstrativo	Análise e interpretação dos dados
5. Redação do Projeto	Redação do Projeto	Redação do texto	Redação do texto/relatório	Estrutura do relatório

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

É um estudo de caso e participativo e foram levantados dados através de questionários que foram respondidos pelos professores do Ensino Técnico Integrado ao Médio do IFPI - *Campus Pedro II* (APÊNDICE D), levando em consideração suas dificuldades em cadastrar os projetos de extensão no SUAP. Também foi feito um levantamento relacionado ao tema encontrado em livros, revistas, periódicos, *sites da internet* etc., favorecendo, assim, o contato com aquilo que já foi publicado sobre os autores escolhidos, bem como sobre as obras que serão analisadas.

Foram empregados questionários que apresentaram perguntas abertas e fechadas. Inicialmente, foi aplicado um Pré-teste, pois “Depois de redigido, o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida” (Lakatos, 2019, p. 221). Dessa forma, pode-se aprimorar as questões a serem aplicadas.

Por conseguinte, visando um melhor resultado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro (APÊNDICE B) a um dos criadores do SUAP e a um membro da Pró-Reitoria de Extensão do IFPI (APÊNDICE C), via *Google Meet*. A amostra foi calculada em função do quantitativo de professores das turmas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio que cadastraram Projetos de Extensão, via SUAP, entre os anos de 2017 e 2023, no *Campus Pedro II* do IFPI, conforme o Quadro 4— Projetos de Extensão do *Campus Pedro II*.

Para isso, buscou-se, através de pesquisa documental no setor da Coordenação de Extensão, informações cadastrais acerca desses projetos, a partir desse contato, por meio de questionário, foi possível verificar quais as possíveis dificuldades apresentas por esses docentes.

Apresentaremos no Quadro 4— Projetos de Extensão do *Campus Pedro II*, o expositivo de quantidades de projetos, por ano, realizados no IFPI-*Campus Pedro II* desde 2017, quando o SUAP começou a ser utilizado para cadastrar projetos.

Quadro 4 – Projetos de Extensão do *Campus Pedro II*

ANOS	Projetos Concluídos
2017	10
2018	25
2019	19
2020	19
2021	35
2022	19
2023	24
Total	151

Fonte: SUAP (2023).

Vale ressaltar que o IFPI *Campus Pedro II* conta em 2023 com 57 professores no total somando todos os níveis, e o número total de projetos que foram executados foi de 150, de 2017 a 2023, porém, existem variáveis, como o fato de professores que executaram mais de um projeto de extensão, onde no Quadro 5 – Quantitativo de coordenadores de projetos de extensão mostra o número de professores por projetos,

sendo assim, bem menor do número total de projetos, como foi explicado nas variáveis.

Depois de recolhido, compilado, lido e fichado, todo o material bibliográfico foi utilizado para subsidiar as análises, interpretações e a redação do texto e como resultado da pesquisa, através de dados coletados pelos questionários realizados no *campus* com os professores em questão, observando suas dificuldades no cadastramento dos projetos de extensão no SUAP.

Após a coleta dos dados por meio dos questionários e entrevistas fez-se a análise destes por meio da Análise de conteúdo que “é uma metodologia de tratamento de informações constantes de um documento, sob a forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos” (Severino, 2016, p. 129). Para Bardin (2016, p. 15) é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Por último, foram categorizadas as respostas, segundo o grupo de respondentes (docentes, Pró-Reitora, e o Técnico de Informação - TI IFRN). Pretende-se seguir a organização da análise, conforme preceitua Bardin (2016, p. 180), que apresenta as seguintes fases para a sua condução: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

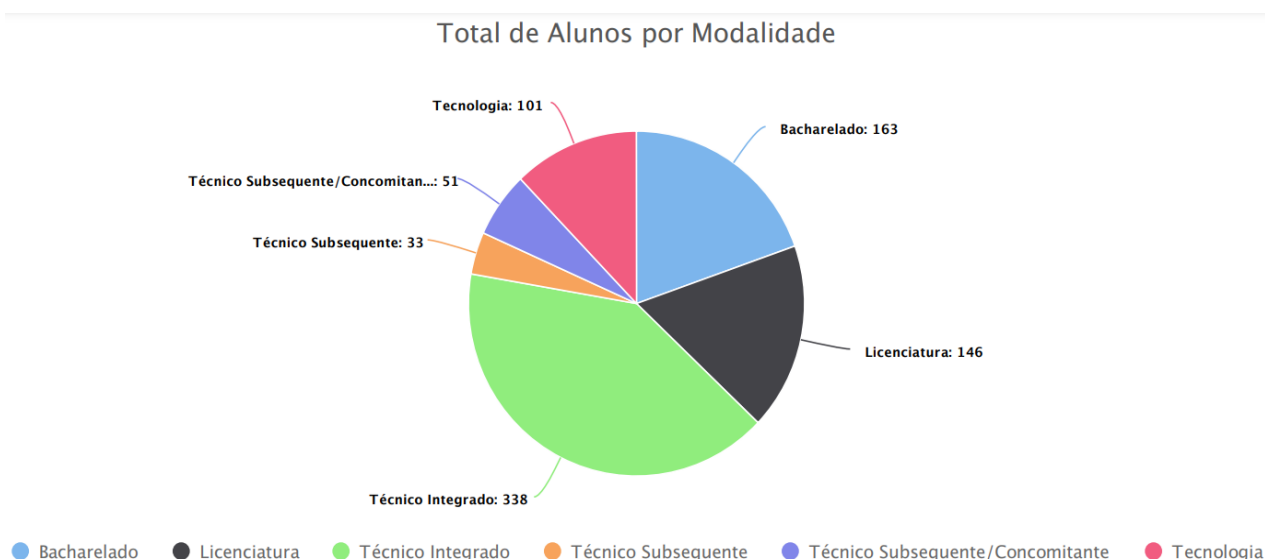
Como método de abordagem, esta pesquisa se guiou pelo Método dialético, que conforme Lakatos (2019, p. 108) “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.” Completando, como método de procedimento o Método histórico que “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, que mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (Lakatos, 2019, p. 109).

Assim afirma o autor que o método nos permite alcançar os objetivos e produzir conhecimentos ao que nos objetiva dentro da pesquisa.

A pesquisa tem como *lócus* Instituto Federal do Piauí – *Campus* Pedro II, localizado na cidade de mesmo nome, que é uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica que possui uma autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática pedagógica e disciplinar, que oferta pesquisa, ensino e extensão. Local este

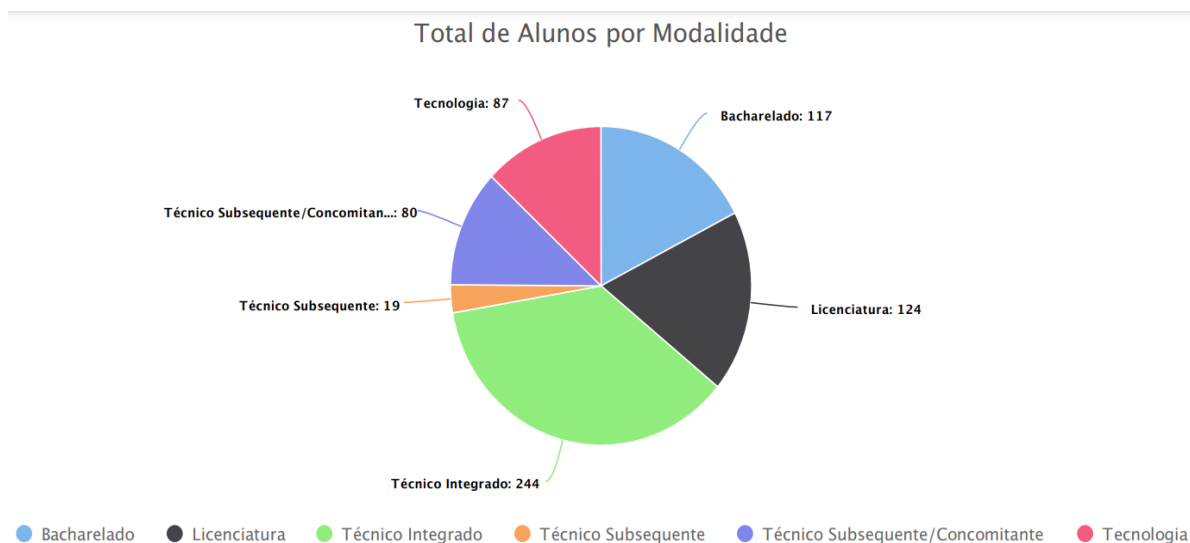
que possui 57 professores e 671 alunos no ano de 2023 nos cursos de Técnico Integrado ao Médio das turmas dos cursos de Administração, Informática e Meio Ambiente, cursos subsequentes de Guia de Turismo, Gastronomia, Restaurante e Bar, PROEJA de Gastronomia e os superiores em Bacharelado em Administração, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema e Licenciatura em Ciências Biológicas. Abaixo seguem os Gráficos 1 e 2 – Total de Alunos por modalidade 2023.1 e Total de Alunos por modalidade 2023.2 para uma melhor visualização.

Gráfico 1 – Total de alunos por modalidade 2023.1



Fonte: Controle Acadêmico IFPI-Campus Pedro II

Gráfico 2 – Total de alunos por modalidade 2023.2



Fonte: Controle Acadêmico IFPI-Campus Pedro II

Ele possui ainda uma infraestrutura com 13 salas de aulas, 1 auditório, 9 laboratórios, são eles: 3 de informática, 1 de física/matemática, 1 de biologia, 1 centro de música, 1 centro de línguas e 1 centro de gastronomia com 2 laboratórios. Também conta com um restaurante e biblioteca, além das salas, ainda conta com setores da parte administrativas: controle acadêmico, setor de saúde, direção, coordenações e salas dos professores, 6 banheiros, quadra poliesportiva.

6.1 ETAPAS DA PESQUISA

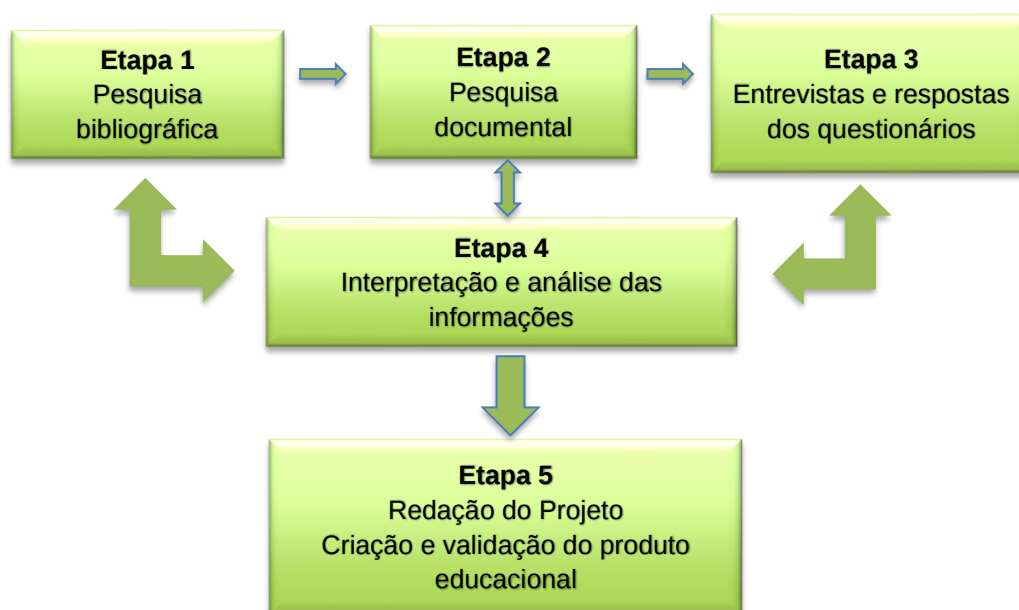
Foram trabalhados questionários com perguntas abertas e fechadas. Após aplicação, as respostas subjetivas e objetivas dos entrevistados foram analisadas, bem como as entrevistas com os coordenadores.

Como critério de **inclusão**, temos como objetos os professores do Ensino Técnico Integrado ao Médio, observado apenas aqueles que tiveram ou tem projetos de extensão cadastrados no SUAP no IFPI-Campus Pedro II, como critério de **exclusão** os professores que não têm projetos de extensão cadastrados no SUAP de 2017 até a aprovação da Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que se deu na data de 16 de agosto de 2023 com o número de CAAE 69930323.7.0000.5210, não participaram da pesquisa, já que o objetivo desta pesquisa é analisar as dificuldades encontradas no cadastramento dos projetos nesse sistema.

O questionário, com onze participantes, foi feito via *Google forms*, e enviado o *link* por *e-mail* e *WhatsApp*, e feita a análise de dados. Esses dados devem estabelecer que “os resultados [da pesquisa] devem ser estruturados para ajudar a entender e elucidar as relações de poder. [...], devem ser divulgados de forma a contribuir para ampliar a participação dos grupos no processo de mudança social” (Gil, 2018, p. 153).

Apresenta-se na Figura 5- Etapas da pesquisa, o processo da pesquisa que possibilitou alcançar os objetivos propostos:

Figura 3 – Etapas da pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor (2023)

Como a presente pesquisa visou trabalhar com seres humanos, ela foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI (CEP), conforme orientado na Resolução n.º 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional n.º 001/2013, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde - CNS/MS e da Resolução CNS n.º 370, de 08 de março de 2007, que versam sobre os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

Consoante aos riscos para os participantes desta pesquisa, eles são considerados de grau mínimo, como por exemplo, a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário ou a entrevista, conforme o caso; desconforto; estresse; quebra de sigilo; dano; cansaço ao responder às perguntas; exposição de som e imagens e quebra de anonimato.

Para amenizar esses possíveis riscos, o pesquisador adotou as seguintes medidas de segurança: o questionário não foi identificado pelo nome para que fosse mantido o anonimato; os participantes receberam esclarecimento prévio sobre a pesquisa e de que esta poderia ser interrompida a qualquer momento; leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) que versa sobre pesquisa que envolve pessoas, visto que existe uma miríade de riscos desde os de origem psicológica, física, de danos etc.

Para além do já explicitado, foi garantida a suspensão imediata do trabalho de pesquisa, caso houvesse indícios de riscos e/ou danos à saúde dos participantes, estivessem eles previstos ou não no termo de consentimento assinado pelos participantes ou seus responsáveis. Assim, garantiu-se aos participantes do estudo o mínimo de riscos, uma vez que suas ações não geram impactos e/ou danos físicos, morais, culturais, religiosos ou financeiros.

Caso ocorressem alguns desses riscos, foi dada a garantia de reparação/indenização ao participante. – IFPI, *Campus* Pedro II, na Coordenação de Extensão, nas Coordenações dos Cursos Técnicos.

Para tanto, dividiu-se o processo em: construir uma interface entre a coleta de dados e a análise e leitura do material e confecção de fichas de documentação, sistematização e classificação dos dados. Análise e problematização dos dados coletados; o que está sendo dito no texto; Construção lógica do problema; Análise dos dados e construção lógica do raciocínio demonstrativo; Análise e interpretação dos dados. Redação do Projeto; Redação do texto/relatório; Estrutura do relatório.

Para esta pesquisa, como o método de coleta de dados se baseia em aplicação de entrevista e questionário padronizados, existindo alguns riscos e danos possíveis que se enumera a seguir:

- I. Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE). Para evitar esse risco, deve-se anonimizar os dados para que não vazem garantindo o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.
- II. Quebra de sigilo. Para minimizar esse risco deve-se garantir o sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos.
- III. Considerar riscos de contaminação pelo coronavírus COVID-19. Esse risco ocorrendo, deve-se encaminhar imediatamente o participante para tratar os sintomas procurando de imediato uma unidade de atendimento hospitalar.

Portanto, os riscos da pesquisa foram observados de acordo com os critérios elencados anteriormente a fim de respaldar a pesquisa científica resguardando-a e protegendo os seus partícipes de quaisquer riscos que possam surgir. Foi preenchido um Termo Circunstanciado Livre Esclarecido (TCLE), no APÊNDICE A, de forma a formalizar os riscos inerentes aos partícipes da pesquisa. Autorização legal quando sujeito for vulnerável, assistência psicológica, se necessária; privacidade para responder o questionário e a participação nas entrevistas; garantia de sigilo; participação voluntária e consideração de situação de vulnerabilidade, quando houver.

Ademais, não houve custo algum aos participantes da pesquisa e sim implicou no benefício de poder utilizar do produto educacional como um vídeo que contém dicas e informações interessantes a eles.

Conforme a Resolução CNS 510/2016 (CNS, 2016), os benefícios em pesquisa podem ser definidos da seguinte forma: Contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade de vida, a partir do respeito dos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, em razão de todos os docentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio existentes no IFPI, campus Pedro II, que fizeram parte do universo dessa pesquisa serem maiores de idade, portanto, aplicar-se-á apenas o TCLE, documento mais importante para a análise ética de uma pesquisa, que garante ao seu participante o respeito aos seus direitos. Aos professores também foi solicitado que assinem o termo para aplicação da entrevista.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA COLETA DE DADOS

Como foi discorrido nas questões metodológicas, a pesquisa contou com a aplicação de um questionário aos professores do IFPI *Campus* Pedro II com perguntas abertas e fechadas. O referido questionário foi encaminhado aos participantes da pesquisa via e-mail e via *WhatsApp* (no grupo de docentes e individual).

Esse *Campus* possui um total de 57 professores, no entanto, considerando que o foco da pesquisa são os cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPI-*Campus* Pedro II, o questionário foi direcionado a 35 (trinta e cinco) deles após consultar o SUAP e verificado que era esse o quantitativo de docentes que tinham projetos cadastrados desde o ano 2017.

Considerando o público-alvo da pesquisa, apenas 26 professores responderam ao questionário. Porém, pode-se observar no Quadro 5 – Quantitativo de coordenadores de projetos de extensão o quantitativo dos que executaram essas atividades de 2017 a 2023. Atualmente, o *lôcus* da pesquisa conta com 36 docentes ministrando aulas para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, dados informados pela coordenação de Controle Acadêmico do *Campus* Pedro II através de e-mail, solicitado pelo pesquisador.

O prazo dado aos professores para responderem este questionário foi de quinze dias, que findou no dia 01 de setembro de 2023. Vale, também, ressaltar que alguns professores não se encontram mais no Instituto, pois eram substitutos ou foram removidos ao longo destes anos e não obtivemos contato com eles. Já dos que tem projetos e não responderam, alguns relataram que não ministram aula no ensino técnico integrado, e o propósito da pesquisa é com os professores desta modalidade.

Conforme já exposto o quantitativo dos realizados no Quadro 02- Projetos de Extensão do *Campus* Pedro II, ao longo de 2017 até 2022, veja a seguir, no Quadro 5, o quantitativo de professores que coordenaram estes projetos ao longo desses anos até 2023, ano vigente a esta pesquisa:

Quadro 5 – Quantitativo de coordenadores de projetos de extensão

Ano	Quantitativo de docentes coordenadores de projetos de extensão
2017	5
2018	16
2019	14
2020	13
2021	18
2022	21
2023*	14
*Em andamento	

Fonte: Coordenação de Extensão do IFPI-Campus Pedro II (2023)

Durante o trabalho de coletas de dados pudemos perceber uma certa dificuldade em realizar esta tarefa, pois era muito difícil convencer os professores a responderem o questionário só através do *e-mail* ou no grupo de *WhatsApp*, por isso, partimos para a forma de contato individual, conversando com cada um sobre a importância e relevância desta pesquisa, o que poderia ajudá-los após a criação do produto que viria dela, desta forma, conseguimos um maior número de participantes na resposta do questionário.

A parte positiva é que através dos questionários podemos perceber as dificuldades que eles encontram ao cadastrar seus projetos, algumas já tinham sido observadas enquanto coordenador de extensão, só confirmamos através das respostas abertas, das quais, as mais relevantes serão aplicadas no PE.

Vale ressaltar, outrossim, que no que concerne a entrevista ela se deu seguindo o que o pesquisador mais recebia de questionamentos advindos dos professores quando ainda era coordenador de Extensão. Após os resultados, fez-se a análise dos dados e de conteúdo com vistas a extrair o máximo de informações que ratifique a necessidade e importância do PE, pois, conforme menciona Bardin (2016), a análise de conteúdo permite ao pesquisador descobrir além das aparências, enriquecendo a tentativa exploratória.

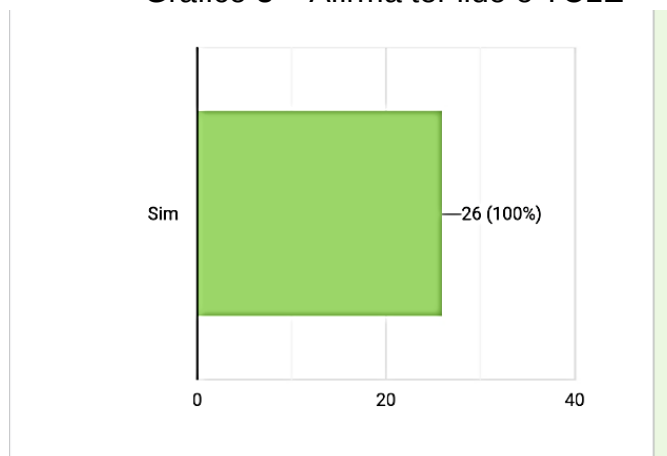
7.1 ANÁLISE E DISCUSSÕES DA COLETA DE DADOS DOS QUESTIONÁRIOS DOS DOCENTES

A análise dos dados coletados por meio do *link* do *Google forms* enviado para os docentes, através de *e-mail* e *WhatsApp*, de forma individual e pelo grupo, como já citado no tópico anterior, será mostrada aqui através de gráficos que serão

interpretados e discutidos, também serão narradas de forma resumidas as respostas obtidas das perguntas abertas, as que são mais relevantes à proposta deste trabalho.

- **Perguntas fechadas**

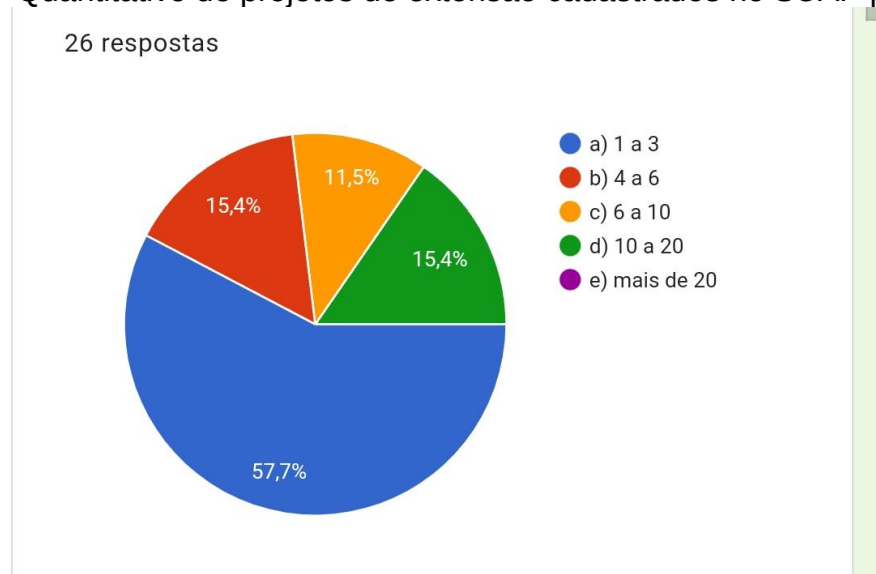
Gráfico 3 – Afirma ter lido o TCLE



Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

100% dos que responderam ao questionário afirmarem ter lido o TCLE, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 4 – Quantitativo de projetos de extensão cadastrados no SUAP por professor



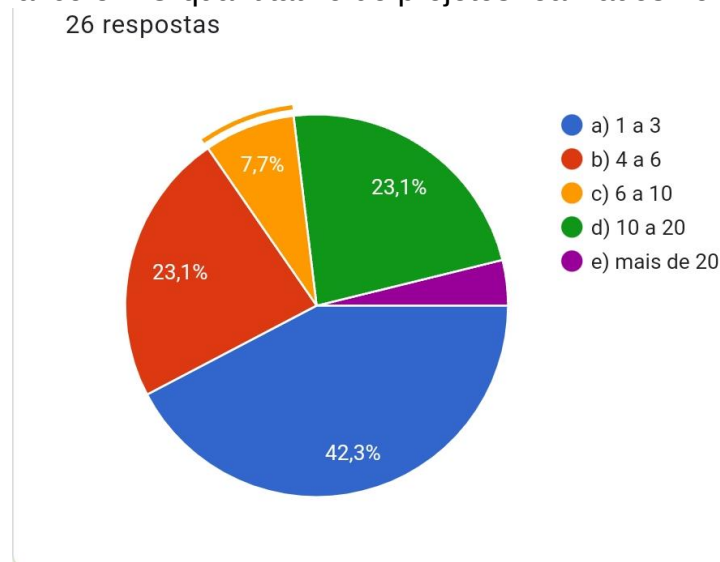
Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Observando este Gráfico 04 – Quantitativo de projetos de extensão cadastrados no SUAP por professor, podemos ver que 57,7%, ou seja, 15 (quinze)

dos respondentes afirmam ter cadastrado de 1 a 3 projetos de extensão no SUAP e apenas 15,4%, ou seja, 4 (quatro) respondentes afirmam ter cadastrados entre 4 a 6 e de 10 a 20 projetos de extensão.

Gráfico 5 – O quantitativo de projetos realizados no Campus Pedro II

26 respostas

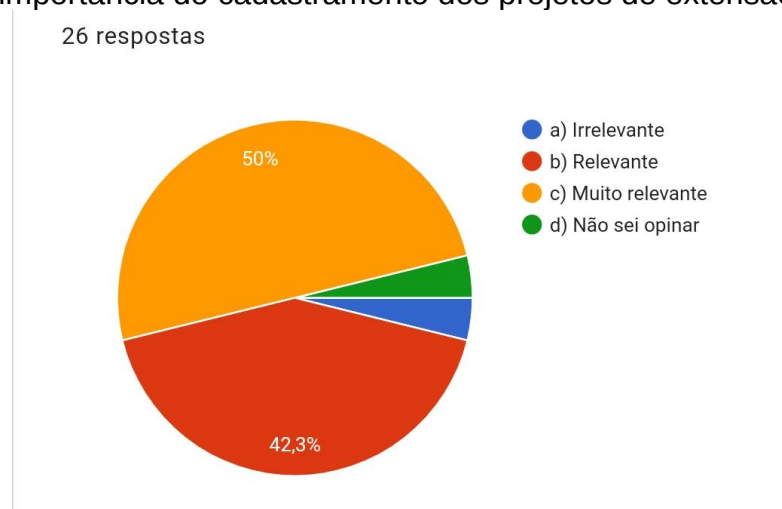


Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Neste Gráfico 5 – O quantitativo de projetos realizados no *Campus* Pedro II, podemos observar que apenas um percentual de 3,8%, ou seja, apenas 1 (um) docentes realizaram mais de 20 projetos de extensão; e que 23,1%, ou seja, 6 (seis) docentes conseguiram de 4 a 6 e de 10 a 20; 42,3%, 11 (onze) respondentes conseguiram de 1 a 3 projetos. Porém, realizar não quer dizer cadastrar, então, entende-se que essa variável está na probabilidade de terem projetos não cadastrados, é o que acontece no IFPI-*Campus* Pedro II, muitos professores realizam projetos de extensão, porém não os cadastram no SUAP.

Consoante ao não cadastramento, depreende-se que não houve a oficialização do projeto, deixando-o apenas no conhecimento de quem o desenvolveu, omitindo-o a nível institucional.

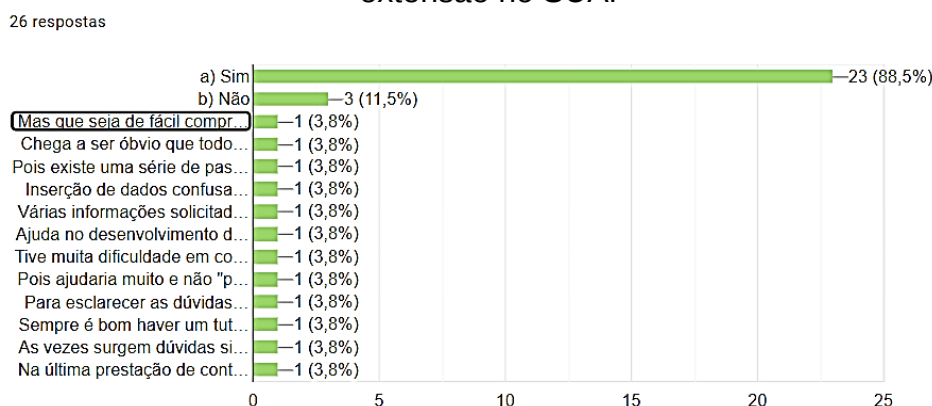
Gráfico 6 – A importância do cadastramento dos projetos de extensão no SUAP



Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Neste Gráfico 6 – A importância do cadastramento dos projetos de extensão no SUAP, podemos observar que 50%, ou seja, 13 (treze) dos que responderam ao questionário acreditam ser muito relevante os cadastramentos dos projetos de extensão no sistema; e 42,3%, ou seja, 11 (onze) responderam como sendo relevante esse processo. Todavia, é preocupante termos professores que consideram irrelevante, bem como que não sabem opinar sobre o cadastramento de seus projetos no Sistema. Isso assevera o desconhecimento sobre esses dados para o IFPI, sobretudo, o do *Campus* Pedro II. Para tanto, vale salientar que o uso da tecnologia na educação se faz necessária porque ela “é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão” (Pacheco, 2010, p. 20).

Gráfico 7– Quanto a necessidade de um instrumento explicativo/informativo que o(a) auxilie quanto ao cadastramento e/ou a prestação de contas dos projetos de extensão no SUAP

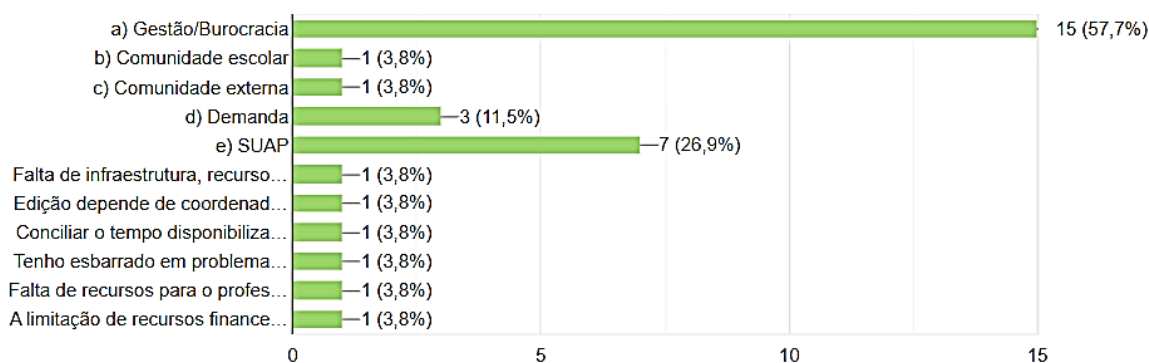


Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

No Gráfico 7, podemos ver que a necessidade de um instrumento explicativo/informativo para auxiliá-los é de necessidade dos que responderam o questionário, pois cerca de 88,5% acreditam que sim, apenas 11,5% acreditam que não há necessidade. Abrimos para sugestões, dentre elas, alguns expressam que uma das necessidades seria auxílio na hora do cadastramento de seus projetos. Essa resposta evidencia a importância de se treinar o usuário de determinada ferramenta para que ele a usufrua de modo satisfatório, ou seja, ratifica a importância dessa pesquisa, sobretudo o seu PE, para o espaço acadêmico.

Gráfico 8 – Os empecilho/dificuldade na execução desses projetos de extensão no *Campus Pedro II*

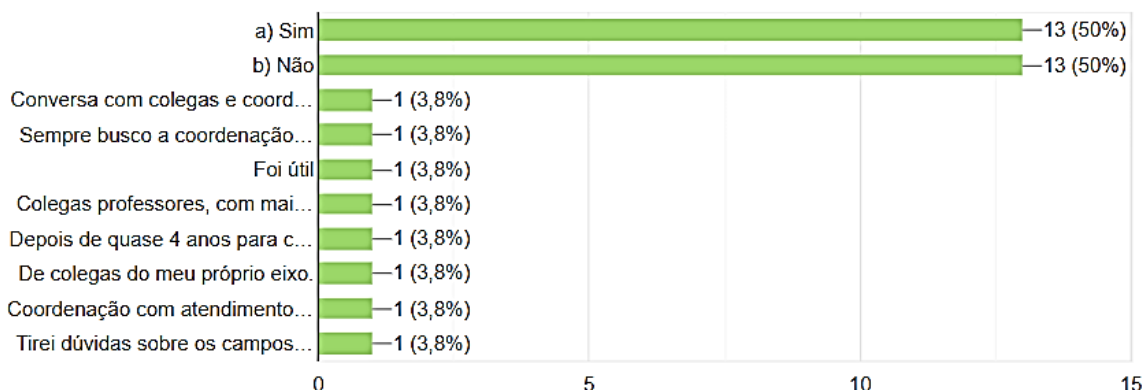
26 respostas



Fonte: Adaptado do *Google forms* (2023)

Por sua vez, no Gráfico 8, podemos ver que as questões que impedem ou dificultam o cadastramento de seus projetos no SUAP estão basicamente relacionadas a Gestão/Burocracia, cerca de 57,7% e o próprio sistema, cerca de 26,9%. No que se refere ao sistema, observando as respostas abertas, estão mais relacionadas a dependência do coordenador para corrigir ou modificar algo dentro do projeto inserido nele. Esse obstáculo pode ser sanado através do diálogo entre a coordenação do projeto, a de extensão e com a PROEX, com vistas a sanar as dificuldades que o professor está obtendo.

Gráfico 9 – Auxílio quanto ao cadastramento dos projetos no SUAP



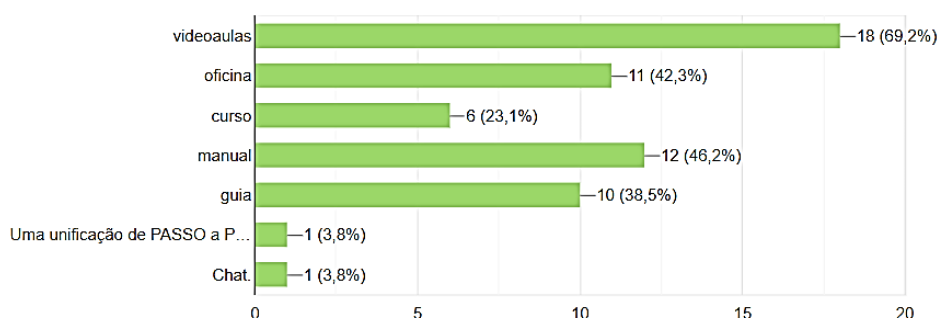
Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Neste Gráfico 9 – Auxílio quanto ao cadastramento dos projetos no SUAP, tivemos 50% de sim e de não quanto ao auxílio para a inserção dos seus projetos de extensão no sistema. Em relação a sua resposta ser afirmativa, como se deu esse auxílio, muitos relatam no Gráfico que buscaram outros meios que não fossem só da Coordenação de Extensão, como de alguns colegas que tem conhecimento do sistema.

Esse compartilhamento de saber entre os docentes ratifica a educação omnilateral, visto que o indivíduo não vive sozinho em sociedade e que quanto mais ele trabalha, mais conhecimento produz e absorve, por isso que é importante que ele seja disseminado, tornando, também, o homem mais humanizado, que contribui para a facilitação do trabalho, participante ativo da vida na natureza, transformando-a e socializando-a.

Gráfico 10 – Material informativo/instrucional para o processo de cadastramento no SUAP.

26 respostas



Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

O Gráfico 10 aponta que 69,2% optaram por uma vídeo aula, um vídeo produzido com passo a passo de como cadastrar e finalizar os projetos no SUAP, que é o produto obtido desta pesquisa, esperando, assim, que os auxilie nas dificuldades encontradas através dos questionários aplicados para os professores do IFPI/Pedro II. Sobre essa questão, ainda declararam que *“chega a ser óbvio que todo processo deve conter um manual explicativo bem como um treinamento para aqueles que vão utilizar”*(Professor 1).

Quando perguntado sobre a importância dos projetos de extensão para a comunidade da cidade de Pedro II-PI, os professores narraram que é um:

instrumento de diálogo entre o Campus e a Comunidade, importante para a melhoria da qualidade de vida da população que sofre com a desvalorização dos subempregos oferecidos pela cidade; e que também traz benefícios tais como: desenvolvimento local, interação comunidade e universidade, estreitando laços; tanto a comunidade e os alunos tem a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala; muitos projetos de extensão estão relacionados à pesquisa, o que resulta em inovação que beneficiam à comunidade; os projetos promovem a formação cidadã dos estudantes; os projetos de extensão são direcionados a populações vulnerável promovendo inclusão social, educação e oportunidades (Professor 2).

A diversidade de cursos oferecidas pelos IFs tendo um retorno significativo para a comunidade local.

Quando indagados sobre a maior dificuldade encontrada no cadastramento dos projetos de extensão, bem como a prestação de contas dos financiados, caso tenha, no SUAP, eles relatam que elaborar o projeto com as informações solicitadas e colocá-las no referido sistema; por ser um sistema aparentemente em desenvolvimento ocorrem erros frequentes que atrapalham o início e finalização dos projetos; outros acreditam ser um sistema bastante prático; *“entender o processo de cadastramento no sistema e conseguir inserir as informações corretas”* (Professor 3); alguns acreditam que o sistema é muito confuso na prestação de contas; também acreditam em falta de informações claras e problemas técnicas.

De acordo com os respondentes, a maior dificuldade que foi encontrada para cadastrar o projeto de extensão foi a *“falta de orientação clara ou específica sobre os procedimentos e requisitos necessários para cadastramento no sistema utilizado*

pela instituição” (Professor 4). Mesmo que vários projetos de extensão tenham sido executados e concluídos no *Campus*, nunca optou por um edital com uso de recursos financeiros, porque conhecia a burocracia envolvida na conclusão de um projeto, que é cheio de detalhes, que é muito importante, além da prestação de contas. Dentre estas informações, foi muito mencionado a confusão e a complicação que é o sistema para muitos.

Quando se fala do maior empecilho/dificuldade em cadastrar esses projetos de extensão no SUAP/IFPI, falam sobre a *“quantidade de itens solicitados”*(Professor 5); questões confusas como o desembolso, pois deveria ser mais fácil quando necessita alterar bolsistas; *“falta de treinamento ou manual de utilização do SUAP”* (Professor 6); necessidade de detalhamento do projeto; compreender o processo, as etapas, e como inserir as informações corretamente de acordo com o que se pede; a dependência do coordenador de extensão para editar o projeto; *“complexidade do sistema”* (Professor 7); as mudanças de funcionalidades constantes. Em resumo está na complexidade do próprio sistema.

Ao perguntar acerca da sugestão que dariam para melhorar o processo de cadastramento dos projetos de extensão no SUAP/IFPI, eles dizem que deveria ser mais simplificado; facilitar os desembolsos, ser mais intuitivo com a possibilidade de correções e troca de participante direto no sistema; que ele seja realmente unificado, pois esta burocracia os desanima; *“edição de ponta a ponta do coordenador do projeto”*; *“disponibilizar uma documentação online com respostas para perguntas frequentes, dicas e exemplos”* (Professor 8).

Um outro respondente ainda declarou que:

para melhorar o processo de cadastramento de projetos de extensão no SUAP/IFPI, é essencial adotar as seguintes medidas: desenvolver um guia detalhado com instruções claras, oferecer treinamentos regulares, disponibilizar suporte técnico eficaz, padronizar formulários, simplificar o processo, centralizar informações, coletar feedback dos usuários, estabelecer padrões de qualidade, divulgar recursos de apoio e explorar a automação de processos”; um minicurso ou vídeo pronto pra uso do SUAP e cadastro de projeto; “qualquer tipo de tutorial, treinamento de passo a passo, modelos de preenchimento e menos burocracia e informações (Professor 9).

Em resumo, pode-se observar que, categoricamente, nas respostas, o maior anseio deles é consoante a importância de um instrumento explicativo, pois os

ajudaria bastante neste processo tão complexo, ou seja, necessidade de uma orientação a quem a vai utilizá-lo.

7.2 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS DOS ENTREVISTADOS

Neste tópico, serão apresentadas as entrevistas realizadas com a Pró-Reitora de Extensão e com um dos membros da criação do SUAP, bem como a sua análise documental, conforme orienta Bardin (2016) e discussão acerca dos achados, visando a sustentação do *corpus* da pesquisa segundo a literatura encontrada. Primeiramente, será apresentada a entrevista da Pró-Reitoria de Extensão, juntamente com a sua análise e, por conseguinte, será apresentada a do representante da equipe de TI do IFRN, também com sua devida análise.

As entrevistas se deram de forma remota e gravadas por meio do *Google Meet*, onde obedecia a um roteiro, APÊNDICES B e C. Os entrevistados leram e assinaram o TCLE, garantindo assim sua integridade. Foi dado cerca de 20 a 30 minutos para o total da entrevista, porém, a que foi realizada com um membro da criação do SUAP totalizou 17 minutos, já a da Pró-reitora de Extensão totalizou 57 minutos, conforme registrou a plataforma de vídeo comunicação. Ressalte-se que as gravações foram feitas pelos próprios participantes da pesquisa e enviadas ao pesquisador por solicitação deste.

A entrevista foi muito oportuna, pois foram esclarecidos diversos enlaces que a norteiam. Algumas perguntas feitas a eles coincidiram, como dúvidas do questionário aplicado com os docentes. Por fim, foi observado que com a entrevista e os questionários, que a pesquisa foi satisfatória para a obtenção do PE voltado para atender à necessidade dos que utilizam a aba extensão para submeter projetos.

7.2.1 Da entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFPI

Quando indagada sobre como se deu a implementação da extensão no IFPI, segundo ela:

começou com a criação dos Institutos Federais em 2010, antigamente quando era CEFET, trabalhava apenas a dimensão ensino, a partir da criação do Instituto Federal, a instituição teria que trabalhar de forma obrigatória: a pesquisa e a extensão (Pro Reitora).

Ela ainda acrescenta que:

[...] a extensão iniciou-se a nível de diretoria ainda quando era CEFET, já que a instituição não tinha um perfil universitário. Quando o Instituto Federal passou a existir, o que antes era diretoria passou a ser Pró-Reitoria de Extensão e de maneira bem mais atuante nessa área". De 2010 a 2013 quando assumiram, "não tinham programa de extensão instituído, tudo era feito através do governo federal, os programas, os projetos (Pro Reitora).

Ainda continua relatando que *"os programas eram feitos dentro da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) e encaminhados para Instituto"* (Pro Reitora). A partir de 2013 foi instituído um programa de extensão dentro do IFPI que se chamava Programa Institucional de Apoio à Extensão (PROAEX), onde passou a trabalhar 34 subprogramas e depois passou para 37, daí começou a dar início a elaboração de editais de fomento à extensão e cursos de extensão (IFPI, 2013).

Ao perguntar sobre as funções e atribuições da Pró-Reitoria, diretores e coordenadores de extensão, ela fala que:

Somente no IFPI Campus Teresina Central possui diretor dessa área devido à grande demanda e que permaneceu ainda do tempo do CEFET, os coordenadores de extensão estão espalhados pelos campi, onde trabalham à operacionalização das políticas de extensão instituídas, assim como o diretor de extensão, onde eles fiscalizam, monitoram e fazem o pagamento dos auxílios e também das atividades ligadas ao ensino como a curricularização da extensão, os coordenadores e diretores é que vão monitorar os campi, já a Pró-Reitoria é articuladora e é também a que implementa as políticas e toda a parte de estratégia de institucionalização de documentos e políticas recebidas do governo e regulamenta em notas técnicas e resoluções (Pro Reitora).

Perguntada sobre a figura da extensão em espaços não formais, ou seja, fora do campus, ela narra que *"a figura da extensão é a de estar na comunidade, envolvendo-a e buscando saber quais são as suas demandas e, assim, fazer a intervenção"*.

Quando se fala dos benefícios que os projetos de extensão de fomento ou não trazem para a comunidade externa ou interna dos Campi, ela diz que:

Não há desmerecimento entre projeto fomentado ou não, já que o não fomentado está dentro da carga horária do professor e o de fomento traz benefícios de infraestrutura aos Campi, assim, dando uma boa estrutura aos alunos. Quanto à comunidade, se gera um problema, vai ao campo e busca sanar este problema (Pro Reitora).

Ainda explica, se um problema é alimentar, faz-se um projeto que garante um benefício a essa comunidade, além de dar uma infraestrutura ao *Campus* é também sanado o problema observado na comunidade e também a capacitando.

Ao perguntar o que poderia ser melhorado dentro da real conjuntura da extensão dentro do IFPI, ela narra que:

Ainda existem muitas coisas a serem melhoradas como, ainda existem muitas demandas reprimidas, por exemplo, que não há pessoal, ou seja, funcionário, servidor, habilitado, capacitado para atuar dentro da extensão, que poderia sanar os problemas atuando à frente das demandas como cooperações e convênios, a parte tecnológica, assistência estudantil (Pro reitora).

O outro ponto narrado por ela, é a questão de orçamento, que havia sido cortado, e que era recebido numa rubrica para extensão tecnológica sendo cortado, para fomentar projetos são tirados da fonte do IFPI; e o outro problema é a curricularização, já que muitos servidores acham que terão verbas, e não, pois é algo obrigatório e está na carga horária docente.

Finalizando a entrevista, foi posto que muito se tem observado que diversos professores têm dificuldades no cadastramento dos seus projetos no SUAP, segundo ela, deve-se às questões de que as pessoas ainda não definiram a importância da extensão dentro da instituição; outro fator que ela, é que *“para pessoa cadastrar, precisa também registrar essa carga horária no Plano Semestral de Atividade Docente (PSAD), e muitas vezes elas já estão com a carga horária extrapolada”* (Pro Reitora)

Diante do exposto, podemos depreender e categorizar que a extensão no IFPI ainda possui muitos gargalos, ela é obstaculizada por questões financeiras e por falta de conhecimento dos que fazem a instituição para a sua importância dentro da instituição.

7.2.2 Da entrevista com Membro da criação do SUAP do IFRN: Técnico de TI.

Quando indagado sobre o surgimento da criação do SUAP, ele relata que:

No ano de 2007 o IFRN não tinha um sistema próprio e dependia de tecnologia ou sistemas de outras empresas, então, a gestão junto com os servidores de TI resolveram desenvolver o próprio sistema, tal

decisão foi tomada em 2007, e ele facilitaria as demandas do campus. De início, só tinha um módulo focado na parte de almoxarifado e patrimônio, após a chegada de novos analistas, o sistema foi crescendo e as outras áreas do Instituto foram sendo atendidas, assim, foi-se crescendo até que em 2012 outros módulos foram desenvolvidos inclusive, o da extensão (Técnico de TI-IFRN).

Ao perguntar a finalidade do sistema, ele narra que:

A ideia do SUAP é gerenciar os fluxos e os processos da instituição, visto que ela possui várias áreas e isso facilitaria o intercâmbio entre elas, e com a ferramenta própria, teria mais liberdade e flexibilidade na instituição, já que outro sistema tinham um pagamento de licença (Técnico de TI-IFRN).

Perguntado sobre a facilidade dos trâmites dentro das instituições ele diz que *“facilitou muito, pois existe um módulo de processo eletrônico que não necessita utilizar o do governo federal, não só operacional, que os professores e técnicos utilizam, mas também os próprios gestores”* (Técnico de TI-IFRN).

Ao falar da aba extensão é perguntado o que poderia ser aprimorado, ele declara que este módulo *“está em constante mudança”* (Técnico de TI-IFRN), e cita alguns aprimoramentos, como a *“capacidade do coordenador do projeto de extensão delegar ao seu membro de equipe editar o projeto”* (Técnico de TI-IFRN).

Sobre as dificuldades dos professores submeterem projetos de extensão, foi perguntado a que se deve isso e ele afirma que antes, quando o módulo começou a ser usado, eles, professores, *“tinham mais dificuldade, e a forma de mitigar o problema foi a Pró-Reitoria de extensão organizar treinamento com os servidores”* (Técnico de TI-IFRN), isso de forma semestral. Afirma ser um treinamento *“constante dentro da realidade do IFRN”* (Técnico de TI-IFRN), ainda acrescenta que é difícil manter um guia ou manual atualizado, já que o sistema está em constante mudança, porém isso não implicará no nosso produto já que ele diz que na maior parte são módulos que são atualizados e não os editais e como se submete, mesmo partindo dessa fala dele, pretendemos está sempre atento a quaisquer alterações dentro do SUAP para não deixar nosso produto defasado.

Ao averiguarmos e categorizar as informações dadas pelo técnico do IFRN, percebemos que as dificuldades dos usuários do sistema foram mitigadas através de treinamentos sobre como melhor utilizar a plataforma, ratificando, assim, a necessidade do PE.

8 PRODUTO EDUCACIONAL

Um Produto Educacional (PE) é o resultado de uma atividade de pesquisa e o aqui apresentado será aporte para que outras pessoas o tenha como apoio metodológico em suas atividades de cadastramento de projetos no sistema SUAP e em suas respectivas áreas.

Como uma proposta de avaliação de produtos educacionais no âmbito de mestrados profissionais na área de ensino, tem como objetivo ajudar a pensar sobre os procedimentos necessários para o planejamento e a elaboração de produtos educacionais, já que “a ideia era estimular os mestrados a produzirem materiais educativos com os sujeitos das pesquisas aplicadas do tipo participante” (Leite, 2018). Para Kaplún (2002, 2003) “os materiais educativos são objetos facilitadores da experiência de aprendizado como viés de leitura para aprofundar no pensamento”.

O produto proposto nesta pesquisa, após a aplicação do questionário aos docentes do IFPI *Campus* Pedro II, foi uma videoaula explicativa. Como foram diversos os apontamentos nas questões subjetivas, buscamos atender no vídeo àqueles que poderiam suprir a necessidade de um público mais extenso, pois, a aba: extensão-projetos-submeter projetos, possui um vasto subtópicos que requerem uma boa atenção para que o vídeo seja objetivo em termos de explicação do conteúdo.

Este PE servirá para auxiliá-los e sanar suas dificuldades. Produto este que ficará disponível nas plataformas: EduCapes e no observatório do ProfEPT.

8.1 ROTEIRO DE ATIVIDADE E APLICAÇÃO

Alguns IFs, que são instituições de EPT, utilizam como ferramenta na parte administrativa, e no nosso caso, juntos aos processos e editais de projetos de extensão, o SUAP.

Como foi mencionado ao longo deste trabalho, após observar as dificuldades que os professores do ensino técnico integrado ao ensino médio têm em cadastrar seus projetos de extensão no SUAP, visando esta questão, e por meio de questionários aplicado aos professores extensionistas, também com entrevistas feitas com os colaboradores do SUAP e a Pró-reitora de Extensão do IFPI, foram observadas essas dificuldades e para auxiliá-los nesse processo, foi definido pela maioria dos respondentes, conforme pode ser observado no Gráfico 8- Material

informativo/instrucional para o processo de cadastramento no SUAP, produzir um PE em forma de videoaulas para que estes professores e demais servidores possam ter como base e auxílio no cadastramento de seus projetos junto ao sistema.

Tomando como base as respostas dos questionários e a entrevistas do colaborador do SUAP e da Pró-Reitoria de Extensão do IFPI, foi produzido um vídeo dinâmico e com uma linguagem simples, que obedece a cada parte da aba extensão, desde o cadastramento até a finalização dos projetos.

Este vídeo foi feito por meio de gravação de tela do computador, narrado pelo próprio mestrando, usando o aplicativo gratuito, *Prism Live Studio*. Após a gravação foi feita a edição por um profissional da área, separando cada parte em submissão e finalização, para melhor objetividade para quem for acessar, e será disponibilizado no Observatório do IFPI, para possível acesso a quem necessitar. Pretendemos ainda, disponibilizar no SUAP, através de *link* para facilitar o acesso aos usuários.

8.2 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO

O PE resultante da pesquisa é um apoio para os professores e servidores do Instituto Federal do Piauí no processo, também, de ensino-aprendizagem e para toda comunidade acadêmica que usa esse sistema. Devido as dificuldades de manusear o SUAP, esses usuários, por vezes, não cadastram seus projetos, obstaculizando, assim, o controle da própria instituição, bem como o seu acompanhamento.

Diante disso, após o recebimento dos questionários, e com as análises já feitas, foi feito um protótipo e enviado para os participantes da pesquisa avaliarem-no, sendo eles: docentes do IFPI *Campus* Pedro II, sendo que somente quatro avaliaram; a um dos criadores do SUAP e a uma servidora do Pró-Reitoria de Extensão. Eles responderam ao questionário avaliativo via *Google forms*, bem como *link* do vídeo para apreciação deles, como se encontra no APÊNDICE E, para que pudessem avaliá-lo e dar sugestões para o melhoramento do vídeo.

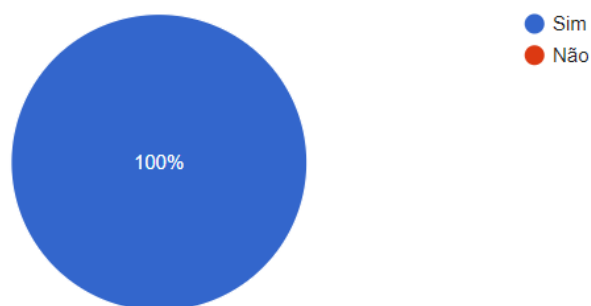
8.2.1 Resultados da avaliação do questionário do vídeo

O questionário através de *Google Forms* foi-lhes enviado via *WhatsApp* de forma individual com instruções de como seria esta avaliação para que pudessem dar seus pareceres acerca do vídeo após a apreciação dele. Este questionário foi

elaborado com perguntas fechadas e abertas para que os participantes pudessem expressar suas opiniões acerca do PE, como podemos ver nos gráficos que se seguem:

Gráfico 11– Quanto a clareza da linguagem do vídeo

6 respostas

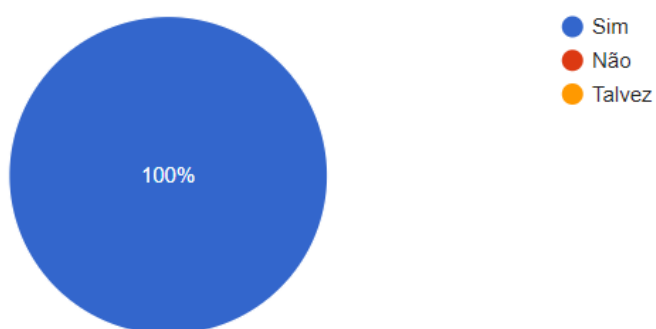


Fonte: Adaptado do *Google forms* (2023)

Como podemos perceber, no Gráfico 11, acerca de quanto a clareza da linguagem do vídeo, dos 100% dos entrevistados acreditam que a linguagem usada no vídeo foi bem clara no que diz respeito a informação repassada.

Gráfico 12– Quanto a suficiência e expectativas do conteúdo do vídeo para aqueles que forem cadastrar seus projetos no SUAP

6 respostas



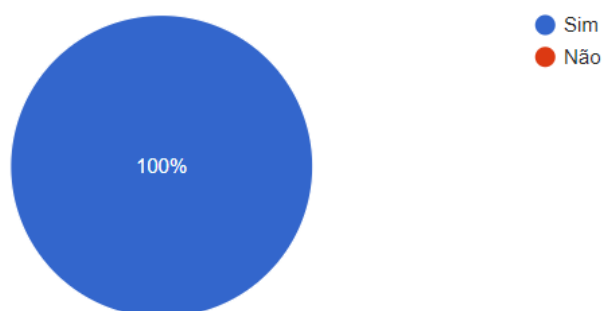
Fonte: Adaptado do *Google forms* (2023)

Percebemos no Gráfico 12 que todos os indagados afirmaram que o conteúdo exposto no vídeo atende as expectativas para àqueles que desejam cadastrar seus projetos de extensão junto ao SUAP. Nesta questão, foi aberta uma opção “talvez”

para que pudessem inserir sugestões, caso clicasse nela, porém não houve respostas.

Gráfico 13 – Com relação a explicação dos assuntos abordados

6 respostas

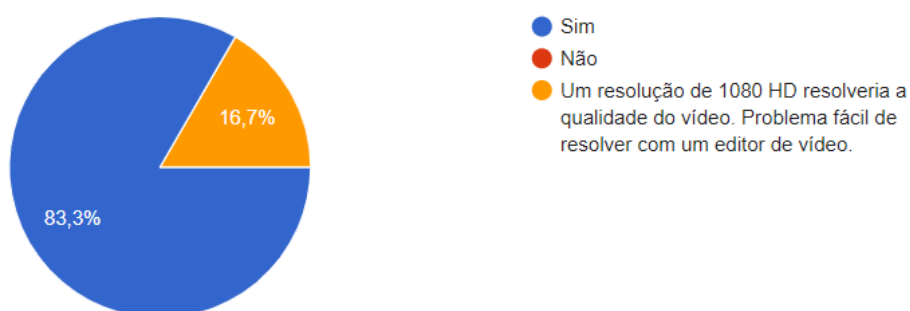


Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Em relação aos assuntos abordados, como é relacionado ao Gráfico 13, todos afirmaram que a explicação mostrada no vídeo contempla os conteúdos propostos no sistema.

Gráfico 14 – A qualidade de áudio e vídeo

6 respostas



Fonte: Adaptado do Google forms (2023)

Já nesta pergunta (Gráfico 14), 83,3% dos entrevistados acreditaram que o vídeo tinha uma boa qualidade, e 16,7% acreditam que precisava melhorar a resolução para 1080 HD, para que assim possa resolver o problema da imagem transmitida no vídeo.

Por fim, a última pergunta foi aberta para que os avaliadores do PE contribuíssem com sugestões que pudessem melhorar o produto. Sendo elas:

- *“Rever o conteúdo na aba sobre pendências do projeto, pois aparecia a mensagem ‘falta a avaliação do coordenador’” (Professor 1);*
- *“Trilha sonora um pouco alta, pode desconcentrar pessoas com déficit de atenção” (Servidora da Proex);*
- *“Cortar o vídeo em conteúdos, para que assim fique mais preciso na hora da busca do tema que deseja” (Professor 2).* Nessa parte, quero ressaltar, que uma edição de tal porte, onde usaria uma infraestrutura mais profissional, requer um orçamento alto, onde não é disposto neste momento, porém, o vídeo, após sua defesa, passará por atualizações obedecendo as mudanças também feitas no SUAP, então *a posteriori*, essa ideia poderá ser acatada para que o vídeo possa, assim, ser incluído na plataforma SUAP como um tutorial, como já foi mencionado neste trabalho.
- *“Cortes de menções desnecessárias e explicações de outras mais pertinentes, com um certo aprofundamento” (Servidora da Proex);*
- *“Aproveitar o tempo cortando algumas informações desnecessárias” (Professor 3).*

8.3 VALIDAÇÃO

Este produto tem como objetivo garantir que a sua funcionalidade seja segundo os requisitos facilitadores de entendimento da plataforma SUAP, consoante a inserção dos projetos de extensão.

Vale ressaltar que somados com profissionais especializados, isso vai fundamentar a matriz apresentada à Banca de Defesa de Qualificação, onde poderão ser feitas recomendações e sugestões e, assim, finalizar a versão do P.E.

Pode-se acrescentar que esse material será revisado pelo pesquisador conforme as políticas públicas educacionais, onde essas alterações poderão gerar uma nova versão de material que pode culminar em um P.E. que objetiva o cumprimento de suas finalidades.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando ao problema de pesquisa que consistiu em responder à questão “quais as dificuldades que os professores do Ensino Técnico Integrado ao Médio do IFPI *Campus* Pedro II têm em cadastrar seus projetos de extensão no SUAP?” assegura-se que ela foi contemplada através de uma pesquisa de campo descritiva e exploratória com abordagem qualitativa, além de pesquisas aplicadas e documental. Para melhor fundamentar e enriquecer a base teórica da pesquisa e situar essa busca nos cenários de produções do meio acadêmico.

Investigou-se como pontos específicos: o cadastramento dos projetos de extensão na plataforma SUAP por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas, onde 26 docentes do *Campus* responderam ao questionário, dando um norte ao processo de análise destas respostas. Para atender a toda essa conjuntura, novas estratégias educativas são necessárias, visto que a temática em discussão ainda é pouco conhecida e valorizada entre gestores e professores, assinalando-se a construção de produtos educacionais como uma dessas estratégias.

A construção de um PE como suporte para a engajamento de mais projetos de extensão cadastrados no sistema é primordial para construção de uma conjuntura de análise de dados da própria instituição em que o SUAP está inserido, e este suporte vem viabilizar as demandas como a própria avaliação de cursos superiores, o acompanhamento por parte da PROEX, outras atividades pertinentes ao cadastramentos dos projetos de extensão dentro desse sistema, assim este produto vem como suporte para os professores no cadastramento dos seus projetos no SUAP, em que por meio da própria pesquisa alguns citam, também, como dificuldades, a gestão e a burocracia do próprio sistema.

Enfatiza-se também que através da análise desse trabalho foi possível perceber a falta de processos formativos aos professores ofertados pelo IFPI/*Campus* Pedro II, o que tem impactado no cadastramento dos projetos no sistema.

Os resultados revelaram que os professores não possuem conhecimento acerca do cadastramento de seus projetos no SUAP e que processos formativos com o tema proposto são imprescindíveis para que estes profissionais tenham embasamento teórico e saibam como agir na submissão dos seus projetos. Ressalta-

se que essas formações continuadas podem ocorrer de diferentes formas, seja através de cursos, oficinas ou atividades diversas em encontros pedagógicos.

Tais achados justificam a necessidade de se implementar ações de educação em análise do sistema, já que a sua relevância para instituição é primordial. Como estratégia para o alcance de tal finalidade, acentua-se a importância de um planejamento intersetorial com o envolvimento de gestores da PROEX, coordenadores de extensão e Diretores Gerais, incluindo a elaboração de oficinas para conhecimento de toda a comunidade escolar, posto em questão em uma das respostas do questionário aplicado.

Espera-se que o presente estudo contribua para a adesão ao cadastramento de projetos de extensão no IFPI, fomentando discussões sobre esse tema em encontros de professores, envolvendo, além de professores, a equipe gestora e demais profissionais da instituição.

Nada obstante, buscou-se também estimular o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas, principalmente, à EPT, fornecendo subsídios a outros profissionais com investigações afins e motivar a participação do corpo docente, técnicos administrativos em cursos de formação a serem ofertados pelo IFPI *Campus* Pedro II, tanto inicialmente, quanto de forma contínua, a fim de viabilizar a atualização de conhecimentos práticos e teóricos do sistema SUAP, em especial a aba Extensão.

Complementando o *rol* de contribuições dessa pesquisa, buscou-se também promover reflexões sobre a EPT em relação ao desenvolvimento de ações voltadas à extensão, de modo a solucionar problemas e contribuir para uma aprendizagem significativa. Buscou-se ainda, traçar um paralelo entre a oferta de Formação Continuada no IFPI *Campus* Pedro II a prática docente no âmbito dos cadastramentos dos projetos de extensão no SUAP, para desta forma, além de mobilizar professores e gestores quanto a utilidade desta ferramenta e a dificuldade que os professores encontram em manuseá-la. Evidenciou-se que os conhecimentos construídos a partir de informações fornecidas pelos docentes, gestores e Proex

Recomenda-se que os cursos formativos de professores em noções básicas de como usar a ferramenta SUAP no IFPI *Campus* Pedro II tenham como ponto de partida diagnósticos reais do contexto de ensino local, já que a extensão está atrelada a pesquisa e também ao ensino, e necessidades formativas dos professores, podendo ser adaptado à realidade de ensino de outras instituições de educação.

Enfim, enseja-se que este estudo seja de grande relevância para o contexto da EPT e difusão da prática reflexiva entre os profissionais da educação, mediante conscientização, sensibilização e oferta de processos contínuos de formação que levem à aquisição de conhecimentos e habilidades, promovendo a construção de processos de autonomia e autoconfiança desses profissionais em realizar intervenções efetivas no que tange ao SUAP, favorecendo, sobretudo, a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. C. C. de; LUZ NETO, L. S. da. **Orientação profissional universitária**: qualidade em educação. Curitiba: Appris, 2019.

ALMENARA, J. C. Nuevas Tecnologías, comunicacion y educacion. **EDUTEC**: Revista Electrónica de Tecnología Educativa, 1996. Disponível em: <https://www.edutec.es/revista/index.php/edutec-e/article/view/576>. Acesso em: 02 out. 2023.

ALVES, L. M. S.; PLÁCIDO, R. L.; FARIA, F. P.; ROHR, M. L. Retalhos de experiências exitosas em Educação Profissional e Tecnológica. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 564–585, 2019. DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n24p564-585. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 1 fev. 2023.

ANTUNES, André. 35 anos de politécnia na saúde. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/35-anos-de-politecna-na-saude>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGER FILHO, Rui Leite. Educação profissional no Brasil: novos rumos. **Revista Ibero Americana**, n. 20, maio 1999. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie20a03.htm>. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Brasília: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º dos arts. 36 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 fev. 2004. Seção 1, p. 18. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 07/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **O surgimento das escolas técnicas**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>. Acesso em: 06 maio 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 06 maio 2023.

CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; SCHENKEL, C. A. História socioespacial do trabalho no Brasil, Educação Profissional e Tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55371/1/2020_art_cacastorrlp%C3%A1cido.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

Clavatta, M. A. et al.. Ensino médio: uma nova concepção unificadora de ciência, técnica e ensino. In: GARCIA, Walter; CUNHA, Célio da (Coord.). **Politecnia no ensino médio**. Brasília: Cortez/SENEB, 1991. p. 97-125. (Parte III).

Clavatta, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p.1-20, 2005a.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005b. p. 83-105.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. de F. B. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

CHRISPINO, Á. Identificando os desafios! **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação CESGRANRIO, vol. 31, núm. 119, e0230002, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3995/399575114001/movil/>. Acesso em: 06 maio 2023.

DESLANDES. S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES. S. F.; Gomes, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESu/MEC (FORPROEX). **Plano Nacional de Extensão Universitária**. [Brasília]: [MEC], 2001. (Edição Atualizada). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 750-757, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, I. B. P.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. p.267-274.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In.: GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO; Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012b. p. 19-38.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2018.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: volume 3: Maquiavel. **Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

GUIMARÃES, A. V. **Educação, Lazer e trabalho nas escolas a de EPT**. Jundiá: Paco, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Política de Extensão do IFPI**. Teresina: IFPI, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). Coordenação de Controle Acadêmico [Campus Pedro II]. [e-mail sobre] **Total de alunos**. Destinatário: Cleomir Dantas Lima. Pedro II-PI, 12 set. 2023, 08h14min. 1 e-mail.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **A História do SUAP**. Natal: IFRN, 2023. Disponível em: <https://portal.suap.ifrn.edu.br>. Acesso em: 26 jun. 2023.

KAPLÚN, G. Contenidos, itinerarios y juegos: tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. VI Congreso de ALAIC - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, junio 2002 - Grupo de Trajo: Comunicación y Educación. 01-18.

KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, n. 27, 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 2 jun. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida.; GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, Natal, v. 6, ano. 32, p. 22-32, 2016. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 2 jul. 2023.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 8–24, 2009. DOI: 10.15628/rbept.2009.2939. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>. Acesso em: 2 jul. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed., [3. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

LEITE, Priscila de Souza. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. 2018. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 23 set. 2023.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAN, José. Metodologias Ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, José BACICH, Lílian. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**, Porto Alegre: Penso, 2018.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNctcD9CvkMMxfq8NyQy/?lang=pt> . Acesso em: 9 nov. 2023.

OLIVEIRA, F. **Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos. **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PACHECO, Eliezer. **O novo momento da educação profissional brasileira**. Brasília: MEC, [2009?]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/educapro_080909.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro; SANTOS, Lia Machado dos; ACOSTA, Lucas Giovan Gomes. Politecnia e educação. Seminário Internacional Ciências Sociais – Ciência Política, III: Buscando o Sul: política, sociedade, educação e suas fronteiras, 18 a 22 de agosto de 2014, Universidade Federal do Pampa. **Anais [...]**, São Borja, RS, 2014. Disponível em: [POLITECNIA-BUSCANDO-O-SUL.pdf \(unipampa.edu.br\)](#). Acesso em: 28 out. 2023.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMÃO, José Estáqui. Omnilateralidade. Politecnia. O Ensino Médio e a omnilateralidade: Educação profissional no século XXI. **Revista Eccos**, São Paulo, 2010.

ROSA, C. A. P. **História da ciência: o pensamento científico e a ciência no século XIX**. Brasília: FUNAG, 2012.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil**: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSA, R. A mediação educomunicativa e o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão: da monocultura universitária à cultura plural. Questões teóricas e formação profissional em comunicação e educação. **Editus**, Ilhéus, v. 1, p. 71-90, 2016.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007.

SEMERARO, G. Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 261-273.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA-BATISTA, Inara Carolina da; MORAES, Renan Rangel. História do ensino de Ciências na Educação Básica no Brasil (do Império até os dias atuais). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 26, 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/26/historia-do-ensino-de-ciencias-na-educacao-basica-no-brasil-do-imperio-ate-os-dias-atuais>. Acesso em: 28 out. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Educação à Distância)

UNESCO. Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. **Educação: um tesouro a descobrir**. Paris: Unesco, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 28 out. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Techbook. 2015.

ZANELLE, L. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DOCENTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A. Proposta

Eu, **CLEOMIR DANTAS LIMA**, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFPI - Campus Parnaíba, estou convidando-o(a) a participar de um estudo denominado **“PROJETOS DE EXTENSÃO NO TÉCNICO INTEGRADO: um olhar sobre as dificuldades dos(as) professores(as) da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí – *Campus Pedro II* junto ao cadastramento no Sistema Único de Administração Pública.”**, cujos objetivos e justificativas são: Analisar as dificuldades encontradas pelos professores do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFPI *Campus Pedro II* em relação ao cadastramento dos projetos de extensão no sistema SUAP, para tentar identificar os principais fatores que impedem o professor de realizar tal cadastro, quais são os mecanismos e métodos que nós enquanto pesquisadores científicos devemos utilizar para auxiliá-los nesse processo.

Ao participar deste estudo a sra. (sr.) tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. Em caso de dúvidas poderá contactar o pesquisador acima e também o Comitê de Ética e Pesquisa.

B. Procedimentos

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário on-line, via plataforma do *Google forms*, acessado por meio de um link que será enviado ao seu e-mail ou WhatsApp, o que lhe for mais conveniente.

A sua participação neste projeto deverá ter a duração de 10 minutos, que se refere ao tempo médio necessário para responder ao questionário uma única vez.

C. Riscos e desconfortos

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e os riscos aos envolvidos são considerados de grau mínimo, como por exemplo, a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; quebra de sigilo; dano; cansaço ao responder às perguntas; e quebra de anonimato. Para amenizar esses possíveis riscos, os pesquisadores adotarão as seguintes medidas de segurança: o questionário não será identificado pelo nome para que seja mantido o anonimato; os participantes receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento; leitura do TCLE, autorização legal quando sujeito for vulnerável, assistência psicológica se necessária; privacidade para responder o questionário; garantia de sigilo; participação voluntária e consideração de situação de vulnerabilidade, quando houver.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1996). Este questionário poderá tomar algum tempo para que sejam respondidas as perguntas. Para minimizar esses desconfortos, a Sra. (Sr.) tem garantida a liberdade de escolher o local e o horário para responder, ou não, às perguntas, sendo asseguradas a confidencialidade e a privacidade, a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo também a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas na pesquisa. Esse questionário será composto por perguntas simples de responder. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar justificar, assim como poderá pedir mais informações sobre o estudo sempre que achar necessário. A participação, ou não, nesta pesquisa não traz quaisquer implicações legais, e não acarreta qualquer prejuízo ou sanção.

D. Confidencialidade

O seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

O seu nome aparecerá apenas neste documento de consentimento e esclarecimento, que será assinado em duas vias, sendo uma guardada pela Sra. (Sr.)

e a outra será guardada pelo pesquisador em um lugar separado de todos os outros materiais da pesquisa.

E. Custos e Benefícios

O participante não terá nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação. Ao participar desta pesquisa a Sra. (Sr.) não terá nenhum benefício econômico direto e/ou imediato, mas podemos apontar como benefícios diretos o acesso ao Produto Educacional resultante desta pesquisa bem como o acesso aos procedimentos da mesma. Socialmente, os benefícios indiretos poderão ser sentidos pela comunidade de egressos, que também terão acesso ao Produto Educacional de forma livre e gratuita. Esta pesquisa científica baseia-se na análise de grande número de amostras, sendo impossível quantificar o benefício individual de cada participante incluído no estudo. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o ingresso no mercado de trabalho dos concluintes dos cursos técnicos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa colaborar com a construção de um produto educacional - cartilha digital - a qual trará inúmeras dicas e informações interessantes no que tange ao mundo profissional, onde pesquisador se compromete a utilizar os dados obtidos.

O pesquisador assume o compromisso de realizar uma apresentação sobre o tema pesquisado, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa. Além disso, os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização. No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: em dinheiro, ou mediante depósito em conta corrente, conforme determina a lei.

F. Consentimento

Esse Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO, telefone: (86) 99822-5743, e-mail: jeferson@ifpi.edu.br, com o pesquisador CLEOMIR DANTAS LIMA, telefone: (86) 998411525, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, Santa Isabel, sala 3, CEP: 64053-390, Teresina-PI Telefone: (86) 3131-1441 E-mail: cep@ifpi.edu.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,

_____,
CPF nº _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu
consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de
consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos
neste estudo.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho
Responsável pela Pesquisa

Cleomir Dantas Lima
Pesquisador

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - CRIADORES DO SUAP

1. De onde surgiu a ideia da criação do SUAP?
2. Qual a finalidade do mesmo?
3. Hoje o SUAP tem facilitado os trâmites dentro das instituições, em que sentido?
4. Na aba extensão o que poderia ser aprimorada?
5. Muitos servidores tem dificuldades em submeter seus projetos de extensão, a que você acredita que se deve isso?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO DO IFPI

01. Como se deu a implantação da extensão no IFPI?
02. Quais as funções e atribuições do Pró-reitoria de Extensão, diretores e coordenadores de extensão?
03. Qual a figura da extensão em espaços não formais?
04. Quais benefícios os projetos de fomento ou não traz para a comunidade externa e interna dos Campi?
05. O que poderia ser melhorado dentro da real conjuntura da extensão dentro do IFPI?
06. Muito tem se observado que diversos professores tem dificuldade no cadastramento dos seus projetos no SUAP, a que você acredita que se deve isso?

APÊNDICE D – QUESTIONARIO COM OS DOCENTES DO IFPI CAMPUS PEDRO II

Prezado(a) Professor(a),

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa:

“PROJETOS DE EXTENSÃO NO TÉCNICO INTEGRADO: um olhar sobre as dificuldades dos(as) professores(as) da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí – *Campus* Pedro II junto ao cadastramento no Sistema Único de Administração Pública no IFPI”, que está sendo desenvolvida pelo mestrando **Cleomir Dantas Lima**, Matrícula 20221PROFEPT0133, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), *campus* Parnaíba. O estudo está sob supervisão do Professor Dr. **Jefferson Luis Marinho de Carvalho, docente do programa.**

Segue o link [TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido](#).

Caso concorde em participar da pesquisa, após a leitura do TCLE, favor assinalar a opção seguinte para ser direcionado(a) ao questionário. Caso não concorde, agradecemos sua atenção e pedimos apenas que feche esse formulário.

Este questionário será composto por perguntas simples de responder. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar justificar, assim como poderá pedir mais informações sobre o estudo sempre que achar necessário. A participação, ou não, nesta pesquisa não traz quaisquer implicações legais, e não acarreta qualquer prejuízo ou sanção.

PERGUNTAS

01. Em seu entendimento, qual ou quais a importância dos projetos de extensão para a comunidade da cidade de Pedro II-PI?

02. Quantos projetos de extensão o(a) Sr.(a) já realizou no *Campus* Pedro II do IFPI?

- a) 1 a 3
- b) 4 a 6
- c) 6 a 10
- d) 10 a 20
- e) mais de 20

03. Quantos projetos de extensão o(a) Sr(a) cadastrou no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

- a) 1 a 3
- b) 4 a 6
- c) 6 a 10
- d) 10 a 20
- e) mais de 20

04. Qual a importância para o(a) Sr(a) no cadastramento dos projetos de extensão no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

- a) Irrelevante
- b) Relevante
- c) Muito relevante
- d) Não sei opinar

05. Qual a maior dificuldade encontrada pelo(a) o(a) Sr(a) no cadastramento dos seus projetos de extensão, bem como na prestação de contas dos financiados dos mesmos, se tiver, no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

06. O(a) Sr(a) acredita que há necessidade de um instrumento explicativo/informativo que o(a) auxilie quanto ao cadastramento e/ou a prestação de contas dos projetos de extensão no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI? Caso sua resposta seja, sim, diga o porquê?

- a) Sim

b) Não

Comente:

07. Em sua opinião, qual o maior empecilho/dificuldade na execução desses projetos de extensão no *Campus* Pedro II/IFPI?

- a) Gestão/Burocracia
- b) Comunidade escolar
- c) Comunidade externa
- d) Demanda
- e) SUA

Comente:

08. Em sua opinião, qual o maior empecilho/dificuldade em cadastrar esses projetos de extensão no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

-

09. O(a) Sr(a) já obteve auxílio para cadastrar seu projeto de extensão no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI? Em caso de resposta afirmativa, favor citar como foi esse auxílio.

- a) Sim
- b) Não

Comente:

10. Qual sugestão o(a) Sr(a) daria para melhorar o processo de cadastramento dos projetos de extensão no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

11. Em sua opinião, que tipo de material informativo/instrucional o(a) Sr(a) consideraria utilizar como auxiliar no processo de cadastramento e prestação de contas no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

a) videoaulas

b) oficina

c) curso

d) manual

e) guia

Sugestões:

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELOS PROFESSORES, SERVIDORA DA PROEX E UM DOS CRIADORES DO SUAP

Instruções para cadastramento de projetos de extensão no Sistema Único de Administração Pública (SUAP)

Este é um protótipo do Produto Educacional referente ao resultado da pesquisa feita pelo professores do IFPI Campus Pedro II. Dissertação intitulada: **PROJETOS DE EXTENSÃO NO TÉCNICO INTEGRADO: um olhar sobre as dificuldades dos(as) professores(as) da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí – Campus Pedro II junto ao cadastramento no Sistema Único de Administração Pública**, de autoria do mestrado Cleomir Dantas Lima e como orientador Profº Dr. Jeferson Luis Marinho de Carvalho, como requisito no programa de mestrado ProfEPT. Produto Educacional: **Instruções para cadastramento de projeto de extensão no Sistema Único de Administração Pública.**

OBSERVAÇÃO.: Por se tratar de um protótipo, o vídeo ainda passará por uma edição onde será adicionado as introduções, bem como as animações.

INSTRUÇÕES:

1. - Responder as questões após a visualização do vídeo;
2. - Responder as questões de múltipla escolhas;
3. - Responder a questão com sugestões para o melhoramento da videoaula;

Este questionário foi elaborado para critério de avaliação do vídeo e para alguns professores que responderam o questionário da pesquisa para, assim, atender os objetivos desta pesquisa. Lembrando que por se tratar de um questionário avaliativo para a pesquisa, todos seus dados serão de inteiro sigilo, apenas o mestrando e orientador terão acesso.

Vídeo - Submissão e Finalização de Projetos: <https://we.tl/t-7pKCdXf08f>

QUESTIONARIO

01. A linguagem do vídeo está clara?

- a) Sim
- b) Não

02. O conteúdo é suficiente para atender as expectativas daqueles que forem submeter projetos de extensão?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez
- d) Outro:

03. Os assuntos abordados estão bem explicados?

- a) Sim
- b) Não
- c) Outro:

04. A videoaula está com uma boa qualidade de áudio e vídeo?

- a) Sim
- b) Não
- c) Outro:

05. Coloque aqui suas sugestões para o melhoramento da videoaula.

ANEXO 01 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROJETOS DE EXTENSÃO NO TÉCNICO INTEGRADO: um olhar sobre as dificuldades dos(as) professores(as) da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí e Campus Pedro II junto ao cadastramento no Sistema Único de Administração Pública.

Pesquisador: JEFERSON LUIS MARINHO DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69930323.7.0000.5210

Instituição Proponente: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.275.386

Apresentação do Projeto:

Protocolo de pesquisa de segunda versão vinculado ao Programa de Pós-graduação em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de campo, que será realizada em uma instituição pública, localizada no município de Pedro II, Estado do Piauí. Participarão da pesquisa todos os professores do ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFPI, Campus Pedro II que tenham projetos de extensão cadastrados no SUAP. Serão excluídos os professores que não tem projetos de extensão cadastrados no SUAP de 2017 até a aprovação deste CEP. Os pesquisadores descrevem que irão aplicar questionários com onze questões abertas e fechadas, que serão aplicados aos professores do IFPI Campus Pedro II, que tenham projetos de extensão cadastrado no SUAP e entrevistas, seguindo um roteiro de 5 questões abertas, com uma duração pretendida de 30 minutos, com um dos criadores do SUAP e a Pró Reitora de Extensão. A análise dos dados será realizada com base na análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar as dificuldades encontradas pelos professores do curso técnico integrado ao ensino médio do IFPI Campus Pedro II em relação ao cadastramento dos projetos de extensão no sistema SUAP. **Objetivos Específicos:** Identificar os processos de cadastramentos dos projetos de extensão dentro da plataforma SUAP; Relacionar os problemas de inserção dos projetos de extensão dos professores no SUAP; Categorizar os problemas encontrados através de questionário aplicado aos professores do IFPI Campus Pedro II; Desenvolver um vídeo que facilite ao professor cadastrar seus projetos de extensão no SUAP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios apresentados pelos pesquisadores atendem as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é relevante uma vez que os resultados permitirão o desenvolvimento de possíveis intervenções com o público em questão. No entanto os aspectos metodológicos e éticos devem ser considerados para garantia da qualidade da evidência e proteção dos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos obrigatórios para análise ética deste protocolo conforme normatizado nas resoluções 466/2012 e 510/2016. As pendências das versões anteriores foram sanadas.

Recomendações:

Após o encerramento da pesquisa apresentar os resultados por meio do relatório final na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa encontra-se APROVADO, porque está elaborado de acordo com as recomendações éticas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Parecer do colegiado de que o protocolo de pesquisa está APROVADO foi acatado porque encontra-se elaborado de acordo com as recomendações éticas da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2138045.pdf	18/08/2023 14:58:56		Aceito
Outros	METODOLOGIA2.pdf	18/08/2023 14:58:19	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Cleomir_Recor rido.pdf	18/08/2023 14:56:56	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	Questionario_docentes.pdf	04/07/2023 12:44:41	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	Coletas_de_dados_dos_dirigentes.p df	04/07/2023 12:41:13	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	TCLE2103_entrevistados.pdf	04/07/2023 12:37:20	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_NOVO.pdf	04/07/2023 12:36:41	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Participantes.pdf	04/07/2023 12:35:20	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Nova.pdf	04/07/2023 12:34:33	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	Declaracao_da_IES_Corrigido.pdf	24/05/2023 10:17:22	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores_CO RRI GIDA.pdf	24/05/2023 10:16:20	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	TCUD_CORRIGIDO.pdf	24/05/2023 10:15:36	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pd f	10/05/2023 16:56:21	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE .pd f	10/05/2023 16:55:39	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_ CEP .pdf	10/05/2023 16:51:42	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	10/05/2023 16:50:12	CLEOMIR DANTAS LIMA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	10/05/2023	CLEOMIR DANTAS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	16:45:21	LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 31 de Agosto de 2023

Assinado por:

FERNANDA CLÁUDIA MIRANDA AMORIM
(Coordenador(a))
